



# PREFEITURA MUNICIPAL DE COROADOS

C.N.P.J. nº 46.156.477/0001-61  
Rua Prudente de Moraes, nº 64 - Centro - CEP 16.260-000  
Fone: (18) 3645-9124 - Fax: (18) 3645-1415  
Site: [www.coroados.sp.gov.br](http://www.coroados.sp.gov.br)

## EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL

### PREÂMBULO

<b>PROCESSO Nº</b>	<b>101/2024</b>
<b>PREGÃO PRESENCIAL Nº</b>	<b>045/2024</b>
<b>DATA DA REALIZAÇÃO:</b>	<b>24/10/2024</b>
<b>HORÁRIO:</b>	<b>08h30m</b>
<b>LOCAL:</b>	Sala de Licitações Rua Prudente de Moraes, nº 64 - Centro - Coroados/SP

**TEREZINHA APARECIDA CASTILHO VARONI**, Prefeita Municipal de Coroados, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, torna público que se acha aberta, nesta unidade, licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL nº 045/2024**, do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**, **Processo nº 101/2024**, objetivando a Contratação de Empresa para aquisição de **Luminárias Pública Com Tecnologia Led**, que se faz necessárias para reduzir os custos mensais com contas de energia, e ainda melhorar a luminosidade do arruamento da cidade, conforme solicitação da Secretaria de Obras, Serviços, Agricultura e Meio Ambiente e condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência, que passam a fazer parte integrante do processo, que será regida pela Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2022 (NOVA LEI DE LICITAÇÃO E CONTRATOS), Lei Complementar **123/06**, alterada pela Lei Complementar Federal nº **147/2014** e Decreto Municipal nº **3.325, de 18/03/2022** (regulamenta a aplicação da nova lei de licitação no âmbito municipal e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie.

### **USO DO PREGÃO PRESENCIAL**

A opção pela modalidade presencial tem por base legal o disposto no artigo 176, inciso II, da lei Federal nº 14.133/2021 e se justifica pela necessidade da compra dos serviços pela municipalidade, observando que se trata de objeto imprescindível e essencial para a manutenção e busca da excelência do serviço público prestado aos munícipes, conforme as especificações do Temo de Referência.

O principal aspecto a ser observado no que se refere à opção pela modalidade de pregão presencial é a possibilidade de se imprimir maior celeridade à contratação, sem prejuízo à competitividade. Como se sabe a legislação prevê o uso da modalidade pregão, preferencialmente na sua forma eletrônica, todavia, a norma admite a adoção do pregão presencial de forma a permitir, entre outras peculiaridades que podem ocorrer na forma eletrônica, a inibição por exemplo da apresentação de propostas insustentáveis em face do tipo de serviços, que podem atrasar os procedimentos e aumentar custos, além de atrasos na execução. Na forma presencial tem-se menos procedimentos burocráticos, além do que, na forma presencial há maior possibilidade de esclarecimentos imediatos durante a sessão do pregão e facilidade na negociação de preços, além do que a verificação das condições de habilitação técnica das licitantes, evitando inclusive apresentação de propostas que não preenchem as condições de habilitação através de documentos verossímeis e adequados ao objeto, evitando propostas que não sustentam, causando morosidade e embaraços no certame, além do que o Pregão ainda que na modalidade presencial cumpre inclusive as disposições de Lei tais como o princípio da publicidade além da gravação da sessão que garante a transparência dos atos na realização da mesma, que são cumpridos na forma da Lei.

As propostas deverão obedecer às especificações deste instrumento convocatório e anexos, que dele fazem parte integrante.

Os envelopes contendo a proposta e os documentos de habilitação serão recebidos no endereço acima mencionado, na sessão pública de processamento do Pregão, após o credenciamento dos interessados que se apresentarem para participar do certame.

A sessão de processamento do Pregão Presencial será realizada na Sala de Licitações, situada à Rua Prudente de Moraes, nº 64, neste município, iniciando-se no dia **24/10/2024**, às **08h30m** e será conduzida pelo Agente de Contratação com o auxílio da Equipe de Apoio, designados nos autos do processo em epígrafe.

O **critério** de julgamento será o de **MENOR PREÇO GLOBAL**, observado as especificações técnicas constantes do Termo de Referência anexo e demais condições definidas neste Edital, observando que o modo de disputa a ser utilizado é o **"ABERTO"**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE COROADOS

C.N.P.J. nº 46.156.477/0001-61

Rua Prudente de Moraes, nº 64 - Centro - CEP 16.260-000

Fone: (18) 3645-9124 - Fax: (18) 3645-1415

Site: [www.coroados.sp.gov.br](http://www.coroados.sp.gov.br)

Para a presente licitação serão ainda observados:

**a) Contrato:** documento vinculativo e obrigacional, com característica de compromisso para futura contratação, no qual são registrados o objeto, os preços, os fornecedores, os órgãos participantes e as condições a serem praticadas, conforme as disposições contidas neste edital da licitação e nas propostas a serem apresentadas nos termos do presente Edital;

**b) órgão Gerenciador Secretaria Municipal de Obras, Serviços, Agricultura e Meio Ambiente** será a responsável pela condução do conjunto de procedimentos para registro de preços e pelo gerenciamento do contrato decorrente do presente Edital;

**c) órgãos participantes:** Todas as Secretarias, departamentos, setores, divisões atendidas com o produto/serviço pela Prefeitura, incluído os Departamentos, Divisões e estruturas hierárquicas previstas na Lei;

**d)** edital e seus anexos poderão ser obtidos através da Internet pelo link: <http://45.225.140.213:5656/transparencia/?AcessoIndividual=InkLicitacoes>, pelo endereço de e-mail: [coroadoslicitacao@gmail.com](mailto:coroadoslicitacao@gmail.com) ou no Departamento de licitações, localizado na **Rua Prudente de Moraes, nº 64**;

**e)** licitação será conforme os itens contidos no Termo de Referência do presente Edital, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse;

**f)** informações administrativas relativas a este Edital poderão ser obtidas junto ao Departamento de Licitações pelo telefone (18) 3645-9124;

**g)** as questões estritamente técnicas referentes ao objeto licitado serão prestadas pela **Secretaria Municipal de Obras, Serviços, Agricultura e Meio Ambiente**.

## I - DO OBJETO

**1** - A presente licitação tem por objeto a Contratação de Empresa para aquisição de **Luminárias Pública Com Tecnologia Led**, que se faz necessárias para reduzir os custos mensais com contas de energia, e ainda melhorar a luminosidade do arruamento da cidade, conforme solicitação da Secretaria de Obras, Serviços, Agricultura e Meio Ambiente e condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência, que passam a fazer parte integrante do processo.

**2** - Nos termos do artigo 29 e seguintes da Lei Federal 14.133/21 deverá ser considerado:

**a)** especificidades da licitação e de seu objeto que será contratado, será observada as disposições constantes do Anexo (Termo de Referência);

**b)** a quantidade e prazos são os constantes do Anexo (Termo de Referência);

**c)** não haverá possibilidade de prever preços diferentes para um mesmo item – quando for o caso;

**d)** não haverá possibilidade de o licitante oferecer quantitativo inferior ao máximo previsto no Anexo (Termo de Referência) – quando for o caso;

**e)** o critério de julgamento da licitação será o de **MENOR PREÇO GLOBAL**;

**f)** as condições para alteração de preços contratados são as previstas neste Edital;

**g)** não poderá haver contratação de mais de um fornecedor para o mesmo objeto, salvo nos termos previsto neste edital;

**h)** fica vedado à participação do órgão gerenciador ou daqueles participantes em mais de um contrato com o mesmo objeto aqui licitado e durante os prazos contratados.

## II - DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO – artigo 164 e seguintes

**1.** Qualquer pessoa, física ou jurídica, é parte legítima para solicitar esclarecimentos ou providências em relação ao presente **PREGÃO PRESENCIAL** ou ainda para **impugnar este Edital**, desde que o faça com antecedência de até **03 (três) dias úteis**, da data fixada para a abertura da sessão pública do certame.

**1.1.** As impugnações ao Edital deverão ser dirigidas ao Agente de Contratação e protocolizadas em dias úteis, das 08h00min às 11h00min e das 13h00min às 16h00min, no Protocolo Municipal, sito a Rua Prudente de Moraes, nº 64, Centro, Coroados/SP – CEP 16.260-000, ou encaminhadas através de e-mail no endereço eletrônico: [coroadoslicitacao@gmail.com](mailto:coroadoslicitacao@gmail.com)

**1.2** Caberá ao Chefe do Poder Executivo decidir sobre a impugnação no prazo de até **02 (dois) dias úteis** contados da data de recebimento da impugnação.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE COROADOS

C.N.P.J. nº 46.156.477/0001-61

Rua Prudente de Moraes, nº 64 - Centro - CEP 16.260-000

Fone: (18) 3645-9124 - Fax: (18) 3645-1415

Site: [www.coroados.sp.gov.br](http://www.coroados.sp.gov.br)

1.3 Quando o acolhimento da impugnação implicar alteração do Edital capaz de afetar a formulação das propostas, será designada nova data para a realização deste **PREGÃO PRESENCIAL**.

2 A impugnação deverá, obrigatoriamente, estar acompanhada de CPF ou RG, em se tratando de pessoa física, e de CNPJ, em se tratando de pessoa jurídica (por documento original ou cópia autenticada), bem como do respectivo ato constitutivo e procuração, na hipótese de procurador, que comprove que o signatário, efetivamente, representa e possui poderes de representação da impugnante.

3 Os pedidos de **esclarecimentos** referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Agente de Contratação, **até 03 (três) dias úteis anteriores** à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente via internet, endereçados exclusivamente ao e-mail: [coroadoslicitacao@gmail.com](mailto:coroadoslicitacao@gmail.com) nos termos do artigo 164, da Lei Federal nº 14.133/2021

3.1 A resposta ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de **até 3 (três) dias úteis**, limitado ao **último dia útil anterior à data da abertura do certame**.

4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Agente de Contratação, nos autos do processo de licitação.

4.2. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas nos mesmos veículos de divulgação do Comunicado de Abertura da Licitação e vincularão os participantes e a administração.

## III - DA PARTICIPAÇÃO

1 - A participação neste Pregão é ampla para todas as empresas do ramo de atividade, inclusive com a possibilidade de micro e empresas de pequeno porte nos termos da Lei, cujo ramo de atividade (CNAE) seja compatível com o objeto desta licitação.

1.1 - Consideram-se Microempresas (**ME**), Empresas de Pequeno Porte (**EPP**) e Microempreendedor Individual (**MEI**) aptos à participação no presente certame, àqueles que preenchem os requisitos do Decreto Federal nº 8.538/2015, Art. 3º c.c. Art. 48, inciso III, da Lei Complementar nº 123/2006, atualizada pela Lei Complementar nº 147/2014.

2 - Será vedada a participação de empresas:

a) proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

b) estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

c) **enquadradas nas disposições no artigo 9º da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, ou ainda,**

d) que estejam sob falência, concurso de credores, em processo de dissolução ou liquidação.

3 - Serão aceitos os envelopes recebidos por correio ou protocolizados antecipadamente junto ao Setor de Licitações, desde que isso ocorra antes do horário previsto para a realização da sessão pública, não havendo necessidade de representante credenciado, no entanto, a empresa estará automaticamente renunciando aos direitos consagrados àquelas empresas que estarão credenciadas.

4 - Por força do que dispõe o Capítulo V, artigos 42 a 45 da Lei Complementar nº 123 de 14 de Dezembro de 2006, as microempresas e empresas de pequeno porte terão tratamento diferenciado e favorecido a ser dispensado no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, especialmente no que se refere à preferência nas aquisições de bens e serviços pelos Poderes Públicos.

5 - Não haverá reserva de cota tendo em vista a inexistência de no mínimo 3 (**três**) empresas locais e regionais do ramo, bem como em defesa do princípio da economicidade dos recursos públicos.

6 - Os signatários deste instrumento, por força da Lei Federal nº 13.709/2018, dão ciência da utilização de dados para fins de transparência e publicidade exigidas em lei.

## IV – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

1 - Os recursos financeiros para as despesas com a execução do objeto serão atendidos pela dotação própria do orçamento vigente para 2024.

## V - DO CREDENCIAMENTO

1 - Para o credenciamento deverão ser apresentados os seguintes documentos:

a) tratando-se de representante legal: cópia simples do estatuto social, contrato social completo, requerimento de empresa individual completo ou outro instrumento de registro comercial registrado na Junta Comercial completa ou qualquer outro ato constitutivo de empresa registrado no órgão competente, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura;

a.1) sendo pessoa física deverá apresentar cópia simples do CPF e RG (podendo ser substituído por outro documento que contenha estes dados);



# PREFEITURA MUNICIPAL DE COROADOS

C.N.P.J. nº 46.156.477/0001-61

Rua Prudente de Moraes, nº 64 - Centro - CEP 16.260-000

Fone: (18) 3645-9124 - Fax: (18) 3645-1415

Site: [www.coroados.sp.gov.br](http://www.coroados.sp.gov.br)

b) tratando-se de procurador: a procuração por instrumento público ou particular, emitido pelo representante da empresa ou pela pessoa física, da qual constem poderes específicos para formular lances, negociar preço, interpor recursos e desistir de sua interposição e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, acompanhado do correspondente documento, dentre os indicados na alínea "a", que comprove os poderes do mandante para a outorga.

**c) cópia da certidão da junta comercial do ente estadual, emitida a menos de 90 (noventa) dias comprovando a condição de enquadramento da licitante, observado a responsabilidade do licitante disposta no § 2º do artigo 4º da Lei Federal nº 14.133/2021**

2 - O representante legal ou o procurador deverão identificar-se exibindo documento oficial de identificação que contenha foto.

3 - Será admitido apenas um representante para cada licitante credenciada, sendo que cada um deles poderá representar apenas uma credenciada.

4 - A falta do Credenciamento no início da sessão de abertura do pregão ou a ausência do credenciado em qualquer ato seguinte importará a imediata exclusão da licitante por ele representada, salvo autorização expressa do Agente de Contratação.

**5 - Eventuais falhas nos documentos apresentados que não venham a comprometer o certame, prejudicar terceiros e não impeçam de auferir os poderes do representante e o ramo de atividade, poderão ser relevadas a critério do Agente de Contratação.**

6 - Os documentos do Credenciamento deverão estar fora dos envelopes propostas e habilitação.

7 - O representante se responsabiliza pela autenticidade dos documentos apresentados sem autenticação e sem reconhecimento de firma.

8 - Será admitido apenas 01 (um) representante para cada licitante credenciada, sendo que cada um deles poderá representar apenas uma empresa.

**9 - Não será admitido o credenciamento para concorrer no mesmo item, de mais de uma empresa que possuam vínculos entre seus sócios, diretores ou representantes, evitando a frustração da competitividade.**

10 - A Administração informa que as pregoantes que não se fizerem representar por pessoa devidamente acreditada poderão encaminhar os envelopes 01- Proposta e 02- Habilitação Jurídica pessoalmente ou via correios, sabendo desde já que o não comparecimento pessoal na Sessão do presente certame gera expressa renúncia ao direito de renovação dos lances e abdicação do direito de eventualmente recorrer da decisão tomada, uma vez que no caso do Pregão (art. 165 da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021), deve ser manifestado imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias para a apresentação das razões do recurso.

11 - No horário e local, indicados no preâmbulo, será aberta a Sessão de processamento do Pregão, iniciando-se com o credenciamento dos interessados em participar do certame, com duração mínima de 15 (quinze) minutos.

12 - O prazo previsto acima poderá ser reduzido caso, comprovadamente, todos os participantes já tenham se apresentado para o credenciamento. Estando todas as licitantes representadas por credenciados e, por decisão do Agente de Contratação, poderá ser iniciado o ato de abertura dos envelopes contendo as propostas, dando-se por encerrado o credenciamento.

## **VI - DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DA DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO, DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.**

1 - Além do **CREDENCIAMENTO** deverá ser apresentado fora dos envelopes nº 01 e nº 02 também, a declaração unificada, cujo modelo segue anexo.

2 - A proposta e os documentos para habilitação deverão ser apresentados, separadamente, em 2 (dois) envelopes fechados e indevassáveis, contendo em sua parte externa, além do nome da proponente, os seguintes dizeres:

### **PREFEITURA MUNICIPAL DE COROADOS**

#### **Envelope nº 01 - Proposta**

Processo nº 101/2024

Pregão Presencial nº 045/2024  
(nome do proponente)

### **PREFEITURA MUNICIPAL DE COROADOS**

#### **Envelope nº 02 - Habilitação**

Processo nº 101/2024

Pregão Presencial nº 045/2024  
(nome do proponente)

3 - Quando remetidos pelos Correios, os dois envelopes do exigidos no subitem anterior devidamente identificados deverão estar acondicionados em um terceiro envelope, juntamente com os documentos de credenciamento exigidos





# PREFEITURA MUNICIPAL DE COROADOS

C.N.P.J. nº 46.156.477/0001-61  
Rua Prudente de Moraes, nº 64 - Centro - CEP 16.260-000  
Fone: (18) 3645-9124 - Fax: (18) 3645-1415  
Site: [www.coroados.sp.gov.br](http://www.coroados.sp.gov.br)

pelo item **III - Do Credenciamento**, devidamente endereçado na forma abaixo e entregues até a hora limite, determinada no preâmbulo deste edital, com os seguintes dizeres:

## PREFEITURA MUNICIPAL DE COROADOS

Rua Prudente de Moraes, nº 64 - Centro  
CEP 16.260-000 - Coroados/SP

### Setor de Licitações

Processo nº 101/2024  
Pregão Presencial nº 045/2024  
(nome do proponente)

4 - A Administração não se responsabilizará pelo eventual atraso na entrega dos envelopes. Ocorrendo essa situação e não sendo protocolados os envelopes no horário determinado, a empresa será desclassificada.

5 - A remessa via postal implicará na renúncia do licitante em credenciar preposto para representá-lo na sessão de procedimentos do Pregão, assim como importará preclusão do direito de ofertar lances verbais e de manifestação de intenção de recorrer, e, ainda, na aceitação tácita das decisões tomadas na sessão respectiva.

6 - A proposta deverá ser elaborada em papel timbrado da empresa e redigida em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, sem rasuras, emendas, borrões ou entrelinhas e ser datada e assinada pelo representante legal da licitante ou pelo procurador.

7 - Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia simples, sendo que o representante da licitante se responsabiliza pela autenticidade dos documentos, podendo o Agente de Contratação promover diligência para verificação.

## **VII - DO VALOR ESTIMADO (ART. 23) E DO PRAZO DO CONTRATO REGISTRO (ART.105 E SEQUINTE):**

**9.1** O valor **total** estimado para a presente contratação tem como parâmetro de preços constante dos autos, aferido nos termos do artigo 23 da Lei Federal no 14.133/21, não sendo divulgados sob a justificativa de **não permitir eventual frustração da competitividade**.

**9.2** O prazo do presente contrato administrativo será de **06 (seis) meses**, contados da **assinatura**, podendo ser prorrogado desde que comprovado a necessidade.

## **VIII - DO CONTEÚDO DO ENVELOPE “PROPOSTA”**

1 - As propostas deverão ser apresentadas em impresso conforme o **ANEXO – MODELO DE IMPRESSO OFICIAL PROPOSTA**, em envelopes fechados, rubricadas e assinadas, manuscritas, datilografadas ou impressas, sem emendas ou rasuras, principalmente no que tange a valores e números suscetíveis de gerar dúvidas quanto à sua autenticidade.

1.1 - Na proposta a ser apresentada deverão estar inclusos todos os custos com a entrega do produto/execução do serviço, incluindo o pessoal eventualmente envolvidos observando-se a integralidade dos custos para atendimento de eventuais direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho vigentes na data de entrega das propostas, bem como responderá a contratada por quaisquer danos ou prejuízos porventura causados à CONTRATANTE ou a terceiros, eximindo-se a CONTRATANTE de qualquer responsabilidade solidária ou subsidiária, cuja demonstração deverá ser realizada pela apresentação da Planilha de Preços e Quantitativos conforme modelo no Anexo do presente Edital, inclusive custos de transportes e fretes para a entrega no local determinado.

2 - Proposta deverá conter:

**2.1 Preços unitários e totais**, em moeda corrente nacional, em algarismo e por extenso, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária;

**2.2** Indicação/especificação dos materiais, produto, equipamentos ou serviços, marca e modelo (se houver);

**2.3** A apresentação da proposta implicará na plena aceitação das condições estabelecidas neste edital e seus anexos.

**2.4** Prazo de **validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias**, contados da data estipulada para a abertura do presente certame – **suspenso em caso de recurso administrativo ou judicial**.

**2.5** - A **proposta** apresentada terá que refletir preços equivalentes aos praticados no mercado no dia de sua apresentação, observado o item 2.1.

**2.6 - Condições de pagamento:** O pagamento será realizado em até 10 (**dez**) dias, contados da comprovação da entrega do objeto, pelo fiscal do contrato.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE COROADOS

C.N.P.J. nº 46.156.477/0001-61  
Rua Prudente de Moraes, nº 64 - Centro - CEP 16.260-000  
Fone: (18) 3645-9124 - Fax: (18) 3645-1415  
Site: [www.coroados.sp.gov.br](http://www.coroados.sp.gov.br)

2.7 - A Prefeitura Municipal poderá solicitar ao licitante a prorrogação do prazo de validade da PROPOSTA por até 30 (trinta) dias. Neste caso, tanto a solicitação quanto a aceitação serão formuladas por escrito, sendo facultado ao licitante recusar ou aceitar o pedido; entretanto, no caso de concordância, a PROPOSTA não poderá ser modificada.

3 - Deve constar ainda da proposta o e-mail através do qual serão realizados os pedidos pelo Setor de Compras, bem como número de telefone do responsável.

4 - **Eventuais falhas no preenchimento da proposta que não venham a comprometer o certame ou prejudicar terceiros poderão ser relevadas a critério do Agente de Contratação.**

5 - Não será admitida cotação inferior à quantidade prevista neste Edital e seus Anexos.

**6- APRESENTAR JUNTAMENTE COM A PROPOSTA O CERTIFICADO DE CONFORMIDADE CONFORME PORTARIA Nº 62, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2022 DO INMETRO E SELO PROCEL;**

**7- As especificações técnicas, devem ser comprovadas através de documentação de especificações técnicas ("Datasheet") oficiais do equipamento em português, certificações de ensaios de laboratório de testes ou através de declaração do fabricante. DEVENDO SER APRESENTADO JUNTAMENTE COM O ENVELOPE "PROPOSTA".**

## IX - DO CONTEÚDO DO ENVELOPE "HABILITAÇÃO"

1. Os Documentos de Habilitação deverão ser entregues em envelope individual e fechado, conforme relação a seguir:

### **HABILITAÇÃO JURÍDICA - ARTIGO 66, LEI FEDERAL 14.133/2021**

1 - Inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

2 - Contrato social/ Declaração de Firma Individual/Declaração de Microempreendedor

**Obs.** Estes documentos serão dispensados se apresentados no credenciamento.

### **HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA- ARTIGO 68, LEI FEDERAL 14.133/2021**

1 - A inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

2 - A inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

3 - A regularidade perante a **Fazenda Federal** (através das certidões negativas de débito da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN e da Receita Federal do Brasil – RFB (que agora são **conjuntas**), ou seja, são fornecidas em **um só documento**, por força do Decreto n.º 5.512, de 15 de agosto de 2005), **Estadual** (pertinente ao seu ramo de atividade e relativa aos tributos relacionados com o objeto licitado) e **Municipal** (pertinente ao seu ramo de atividade e relativa aos tributos relacionados com o objeto licitado) expedida pela Secretaria Municipal, ou outra equivalente, na forma da lei;

3.1 - Serão aceitas como prova de regularidade para com as Fazendas, certidões positivas com efeito de negativas e certidões positivas que noticiem em seu corpo que os débitos estão judicialmente garantidos ou com sua exigibilidade suspensa.

4 - A regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

5 - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa de débitos trabalhistas (CNDT), nos termos da lei federal n.º 12.440, de 07/07/2011.;

6 - Declaração da empresa de que a proponente não foi apenada com declaração de inidoneidade por qualquer ente da Administração Pública – **dispensa se apresentado declaração unificada;**

7 - Declaração da empresa de que não possui, em seu quadro de pessoal, empregado(s) menor(es) de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e, de qualquer trabalho a menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal e artigo 27, inciso V, da Lei 8.666/93 - **dispensa se apresentado declaração unificada;**

### **HABILITAÇÃO QUALIFICAÇÃO TÉCNICO-PROFISSIONAL E TÉCNICO-OPERACIONAL - ARTIGO 67, LEI FEDERAL 14.133/2021**

1- **No mínimo um atestado de desempenho, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove o fornecimento de produtos iguais ou similares aos constantes no edital.**

2- Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE COROADOS

C.N.P.J. nº 46.156.477/0001-61

Rua Prudente de Moraes, nº 64 - Centro - CEP 16.260-000

Fone: (18) 3645-9124 - Fax: (18) 3645-1415

Site: [www.coroados.sp.gov.br](http://www.coroados.sp.gov.br)

3- O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

4- Fica esclarecido que as licitantes poderão apresentar tantos atestados quantos entenderem necessários para a comprovação da capacidade técnico-operacional exigida neste subitem.

5- As certidões ou atestados **poderão ser substituído** por outra prova de que a empresa possui conhecimento técnico e experiência prática na execução de serviço de características semelhantes, a exemplo **nota fiscal**.

## **HABILITAÇÃO ECÔNOMICA FINANCEIRA - ARTIGO 69, LEI FEDERAL 14.133/2021**

1. Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

1.1 No caso de empresa licitante que esteja em recuperação judicial, apresentar nos termos da Lei, cópia do Plano de Recuperação já homologado pelo juízo competente e em pleno vigor, sem prejuízo do atendimento a todos os requisitos de habilitação econômico-financeira estabelecidos neste edital, nos termos da Sumula 50 do TCE/SP.

## **2 - DISPOSIÇÕES GERAIS DA HABILITAÇÃO**

2.1 - Na hipótese de não constar prazo de validade nas certidões apresentadas, a Administração aceitará como válidas as expedidas até 90 (**noventa**) dias imediatamente anteriores à data de apresentação das propostas.

2.2 - A licitante responderá pela veracidade de todas as informações que prestar, sob pena de crime de falsidade material (**Art. 297 e 298 do Código Penal**) ou ideológica (**Art. 299 do Código Penal**), ou ainda, de ser desclassificada, ou ver anulada a adjudicação, ou rescindido o seu Contrato.

2.3 - Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documento em substituição aos documentos requeridos no presente edital e seus anexos.

2.4 - Os documentos deverão ser entregues e apresentados, preferencialmente, na ordem exigida no edital.

2.5 - Os documentos exigidos na habilitação poderão ser apresentados cópia simples, observando que o representante se responsabiliza pela autenticidade dos mesmos, podendo o Agente de Contratação promover diligência para constatação da autenticidade.

3 - Após a habilitação, poderá a licitante ser inabilitada por motivo relacionado com a capacidade jurídica, regularidade fiscal, qualificação econômico financeira, qualificação técnica e/ou inidoneidade, em razão de fatos supervenientes ou somente conhecidos após o julgamento.

4 - Os documentos de habilitação poderão ser apresentados em original ou por qualquer meio de cópia, sem necessidade de serem autenticadas (art.70, inciso I), situação em que o representante ou sócio da licitante assume total responsabilidade pela autenticidade, sem prejuízo do Agente de Contratação promover diligência para verificação da mesma (art.64).

5 - Não serão aceitos nenhum tipo de protocolo referente às certidões elencadas acima. Serão aceitas como prova de regularidade certidões positivas, com efeito, de negativas.

6 - Os envelopes que não forem abertos ficarão à disposição dos participantes para a retirada no período de 30 (trinta) dias. Passados os 30 (trinta) dias, serão destruídos pelo Departamento de Compras e Licitações.

7 - Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

8 - As microempresas e de pequeno porte deverão apresentar todas as documentações exigidas acima.

8.1 - A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista elencadas, somente serão exigidas para efeito de assinatura do contrato, porém, será obrigatória durante a fase de habilitação a apresentação desses documentos, ainda, que veiculem restrições impeditivas à referida comprovação (Ex. apresentação de certidão positiva);

8.2 - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e de pequeno porte, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor, prorrogáveis por igual período, a critério da administração pública, para a regularização da documentação pagamento ou parcelamento do débito e emissões de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa;

8.3 - A não-regularização da documentação no prazo previsto implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções legais, sendo facultado a administração convocar os licitantes remanescentes na ordem de classificação, para assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

## **X - DO PROCEDIMENTO E DO JULGAMENTO**

1 - No horário e local indicados no preâmbulo, será aberta a sessão de processamento do Pregão, iniciando-se com o credenciamento dos interessados em participar do certame.

2 - Após os respectivos credenciamentos, as licitantes entregarão ao Agente de Contratação em envelopes separados, a proposta de preços (**Envelope nº 01**) e os documentos de habilitação (**Envelope nº 02**).



# PREFEITURA MUNICIPAL DE COROADOS

C.N.P.J. nº 46.156.477/0001-61

Rua Prudente de Moraes, nº 64 - Centro - CEP 16.260-000

Fone: (18) 3645-9124 - Fax: (18) 3645-1415

Site: [www.coroados.sp.gov.br](http://www.coroados.sp.gov.br)

2.1 - Iniciada a abertura do primeiro envelope proposta, estará encerrado o credenciamento e, por consequência, a possibilidade de admissão de novos participantes no certame.

3 - A análise das propostas pelo Agente de Contratação visará ao atendimento das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, conforme artigo 59, da lei Federal 14.133/2021, sendo desclassificadas as propostas:

- a) contiverem vícios insanáveis;
- b) não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;
- c) apresentarem preços inexequíveis;
- d) não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- e) apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.

3.1 - No tocante aos preços, as propostas serão verificadas quanto à exatidão das operações aritméticas que conduziram ao valor total orçado, procedendo-se às correções no caso de eventuais erros, tomando-se como corretos os preços unitários. As correções efetuadas serão consideradas para apuração do valor da proposta.

3.2 - Serão desconsideradas ofertas ou vantagens baseadas nas propostas das demais licitantes.

4 - As propostas não desclassificadas serão selecionadas para a etapa de lances, com observância dos seguintes critérios:

a) **Todas as licitantes serão classificadas para a fase de lances**, com exceção daquelas que não estiverem de acordo com as especificações contidas no Termo de Referência e neste Edital.

4.1 - Para efeito de seleção será considerado o total.

5 - O Agente de Contratação convidará individualmente os autores das propostas selecionadas a formular lances de forma sequencial, a partir do autor da proposta de maior preço e os demais em ordem decrescente de valor, decidindo-se por meio de sorteio no caso de empate de preços.

5.1 - A licitante sorteada em primeiro lugar poderá escolher a posição na ordenação de lances em relação aos demais empatados, e assim sucessivamente até a definição completa da ordem de lances.

6 - Os lances deverão ser formulados em valores distintos e decrescentes, inferiores à proposta de menor preço, observada a redução mínima entre os lances de 1% (**um por cento**), percentual este que poderá ser alterado a critério do Agente de Contratação.

6.1 - A aplicação do valor de redução mínima entre os lances incidirá sobre o preço unitário do item.

7 - A etapa de lances será considerada encerrada quando todos os participantes dessa etapa declinarem da formulação de lances.

8 - Encerrada a etapa de lances, serão classificadas as propostas selecionadas e não selecionadas para essa etapa, na ordem crescente de valores, considerando-se para as selecionadas, o último preço ofertado. Com base nessa classificação, será assegurada às licitantes microempresas e empresas de pequeno porte preferência à contratação, observadas as seguintes regras:

8.1 - A convocação da microempresa ou empresa de pequeno porte, detentora da proposta de menor valor, dentre aquelas cujos valores sejam iguais ou superiores até 5% (**cinco por cento**) ao valor da proposta melhor classificada, ocorrerá prontamente durante a fase de lance – portanto as licitantes não enquadradas deverão observar no momento da oferta do lance o percentual de redução.

8.1.1 - A convocação será feita mediante sorteio, no caso de haver propostas empatadas, nas condições do subitem 8.1.

8.2 - Não havendo a apresentação de novo preço, inferior ao preço da proposta melhor classificada, serão convocadas para o exercício do direito de preferência, respeitada a ordem de classificação, as demais microempresas e empresas de pequeno porte, cujos valores das propostas, se enquadrem nas condições indicadas no subitem 8.1.

8.3 - Caso a vencedora da melhor oferta, de acordo com a classificação de que trata o subitem 8, seja microempresa ou empresa de pequeno porte, não será assegurado o direito de preferência, passando-se, desde logo, à negociação do preço.

9 - O Agente de Contratação poderá negociar com o autor da oferta de menor valor, obtida com base nas disposições dos subitens 8.1 e 8.2, ou, na falta desta, com base na classificação de que trata o subitem 8, com vistas à redução do preço.

10 - Após a negociação, se houver, o Agente de Contratação examinará a aceitabilidade do menor preço, decidindo motivadamente a respeito.

10.1 - Como critério de aceitabilidade da proposta classificada, será observado (**artigo 59 da Lei 14.133/21**):

- a) vícios insanáveis;
- b) não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;
- c) apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação – permitida a diligência no caso de inexequíveis;
- d) não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- e) apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.





# PREFEITURA MUNICIPAL DE COROADOS

C.N.P.J. nº 46.156.477/0001-61

Rua Prudente de Moraes, nº 64 - Centro - CEP 16.260-000

Fone: (18) 3645-9124 - Fax: (18) 3645-1415

Site: [www.coroados.sp.gov.br](http://www.coroados.sp.gov.br)

**10.2 – Em ocorrendo a desclassificação devido a proposta ser em valor superior ao estimado, poderá ser convocado os demais licitantes convocados para negociação.**

11 - Sendo aceitável a oferta, será verificado o atendimento das condições habilitatórias da licitante que a tiver formulado, com base na documentação apresentada na própria sessão.

**12 - Eventuais falhas, omissões ou outras irregularidades sanáveis nos documentos de habilitação ou propostas poderão ser sanadas na Sessão Pública de processamento do Pregão, até a decisão sobre a habilitação, inclusive mediante:**

**a) substituição e apresentação de documentos ilegíveis, ou**

**b) verificação efetuada por meio eletrônico hábil de informações.**

12.1 - A verificação será certificada pelo Agente de Contratação e deverão ser anexados aos autos os documentos passíveis de obtenção por meio eletrônico, salvo impossibilidade devidamente justificada.

12.2 - A Administração não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos, no momento da verificação. Ocorrendo essa indisponibilidade e não sendo apresentados os documentos alcançados pela verificação, a licitante será inabilitada.

12.3 - Para habilitação de microempresas ou empresas de pequeno porte, não será exigida comprovação de regularidade fiscal, mas será obrigatória a apresentação dos documentos indicados neste edital para fins de habilitação, ainda que os mesmos veiculem restrições impeditivas à referida comprovação.

12.3.1 - Para efeito de assinatura do contrato, a licitante habilitada deverá comprovar sua regularidade fiscal, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

12.3.2 - A comprovação de que trata o subitem 12.3.1 deste item deverá ser efetuada mediante a apresentação das competentes certidões negativas de débitos, ou positivas com efeitos de negativas, **no prazo de 5 (cinco) dias úteis**, contado a partir do momento em que a licitante for declarada vencedora do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração.

13 - Constatado o atendimento pleno às exigências editalícias, será declarado o proponente vencedor, sendo-lhe adjudicado o item (ou os itens) objetos do certame.

14 - Se a oferta não for aceitável, ou se a licitante desatender as exigências para a habilitação e amostra (quando exigida), o Agente de Contratação, respeitada a ordem de classificação de que trata o subitem 8 deste item, examinará a oferta subsequente de menor preço, negociará com o seu autor, decidirá sobre a sua aceitabilidade e, em caso positivo, verificará as condições de habilitação e assim sucessivamente, até a apuração de uma oferta aceitável cujo autor atenda os requisitos de habilitação, caso em que será declarado vencedor.

15 - Conhecida a vencedora, o Agente de Contratação consultará as demais classificadas se aceitam fornecer ao preço daquela, mantidas as quantidades ofertadas., conforme regra o artigo 61, da Lei Federal nº 14.133/2021.

16 - Em seguida, abrirá os envelopes nº 02 das licitantes que aceitaram e decidirá sobre as respectivas habilitações, observadas as disposições do subitem 12 supra.

16.1 – A Prefeitura procederá com o registro em documento próprio que ficará anexo ao contrato, das licitantes habilitadas que aceitarem registrar seus preços idênticos a vencedora, observada a ordem de classificação, a que alude o subitem 8 supra.

17 - O registro a que se refere este item tem por objetivo a formação de cadastro de reserva no caso de impossibilidade de atendimento pelo primeiro colocado da ata.

17.1 - Se houver mais de um licitante na situação de que trata item 16, serão classificados segundo a ordem da última proposta apresentada durante a fase competitiva, conforme regra o § 1º, do Artigo 61, da Lei Federal nº 14.133/2021.

18 - A critério do Agente de Contratação ou setor solicitante o certame poderá ser suspenso a qualquer momento para solicitação de apresentação de amostras ou diligência, inclusive com exigência de apresentação de documentos complementares, vedado a inclusão de documentos que deveria constar no processo desde a realização da sessão pública.

**19 - Se a proposta não for aceitável ou se a LICITANTE deixar de enviar a Proposta de Preços atualizada ou não atender às exigências habilitatórias, o Agente de Contratação DESCLASSIFICARÁ e examinará a proposta subsequente e, assim, sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda a este Edital, conforme regra o artigo 59, da Lei Federal nº 14.133/2021.**

## XI - DOS RECURSOS

**1 - Declarado o vencedor**, o Agente de Contratação abrirá prazo, durante o qual, qualquer licitante poderá de forma motivada, na própria sessão manifestar sua intenção de recorrer.

**2 - A falta de manifestação motivada quanto à intenção de recorrer importará na decadência desse direito.**

**3 - Uma vez aceita a intenção de recurso será concedido o prazo de 03 (três) dias para a apresentação das razões de recurso, ficando os demais licitantes, desde logo intimados para, querendo, apresentarem as contrarrazões em igual**



# PREFEITURA MUNICIPAL DE COROADOS

C.N.P.J. nº 46.156.477/0001-61

Rua Prudente de Moraes, nº 64 - Centro - CEP 16.260-000

Fone: (18) 3645-9124 - Fax: (18) 3645-1415

Site: [www.coroados.sp.gov.br](http://www.coroados.sp.gov.br)

prazo, que começará a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

4 - Os recursos e contrarrazões deverão ser manifestados exclusivamente por meio eletrônico via internet, através do e-mail [coroadoslicitacao@gmail.com](mailto:coroadoslicitacao@gmail.com)

5 - O recurso contra decisão do Agente de Contratação não terá efeito suspensivo.

6 - Decorridos os prazos para os recursos e contrarrazões, o Agente de Contratação terá até 5 (cinco) dias para:

6.1 - Negar admissibilidade ao recurso, quando interposto sem motivação ou fora do prazo estabelecido;

6.2 - Motivadamente, reconsiderar a decisão;

6.3 - Manter a decisão, encaminhando o recurso à autoridade competente;

7 - O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

8 - Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o processo licitatório para determinar a contratação.

9 - **Não havendo recurso**, o Agente de Contratação adjudicará o objeto ao licitante vencedor e encaminhará o procedimento à autoridade superior para homologação.

## XII - DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

1 - A sessão pública poderá ser reaberta:

1.1 - Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

1.2 - Quando houver erro na aceitação do preço classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

2 - Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta através de Comunicado a ser publicado nos mesmos endereços do Comunicado de Abertura do Certame.

## XIII - DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

1 - Constatado o atendimento das exigências fixadas neste Edital, o licitante classificado em primeiro lugar será declarado vencedor.

1.1 - Se o primeiro proponente classificado não atender às exigências de habilitação, será examinada a documentação do segundo proponente classificado, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até o encontro de uma proposta que atenda a todas as exigências do edital, sendo o respectivo proponente declarado vencedor e a ele adjudicado o objeto da licitação.

2 - A homologação do resultado da licitação é de responsabilidade da autoridade competente e só poderá ser realizada depois da adjudicação do objeto ao proponente vencedor pelo Agente de Contratação, ou, quando houver recurso, pela própria autoridade competente.

2.1 - A homologação do resultado desta licitação não obriga esta Administração à aquisição do objeto licitado.

2.2 - As entregas/execução deverão ser realizadas conforme previsão do Anexo (Termo de Referência) a ser prevista esta condição do contrato ou documento equivalente na forma da Lei.

## XIV - DA ENTREGA DAS AMOSTRAS OU VISTORIA

1 – **Havendo o aceite da proposta quanto ao valor, o interessado classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá apresentar amostra DOS ITENS NO MESMO DIA DE ABERTURA DO CERTAME, APÓS FASE DE LANCES ou no prazo de até 3 (três) dias úteis e serão analisadas quanto à conformidade da proposta apresentada e as especificações técnicas mínimas exigidas neste Termo de Referência.**

2 - Qualidade operacional: será analisada a embalagem do produto. A mesma deverá apresentar rótulo discriminado a origem, composição do produto, fabricante, prazo de validade, informações e precauções referentes ao uso.

3 - Análise Técnico-Física: características referentes à cor, aparência, rendimento, eficiência e textura que devem ser próprias ao produto solicitado, ou seja, será realizada a verificação através da utilização do produto, considerando a rentabilidade adequada.

4 - Serão avaliados os aspectos e padrões mínimos de aceitabilidade descritos no objeto deste TERMO DE REFERÊNCIA - TR.

5 - Os pareceres emitidos pela Comissão de Análise de Amostras serão considerados suficientes para desclassificar os produtos, a Comissão de Análise emitirá relatório fundamentado, contendo os motivos que levaram a não aceitação do (s) produto(s), conforme os quesitos predefinidos em edital, que declarará o resultado da seguinte forma:



# PREFEITURA MUNICIPAL DE COROADOS

C.N.P.J. nº 46.156.477/0001-61

Rua Prudente de Moraes, nº 64 - Centro - CEP 16.260-000

Fone: (18) 3645-9124 - Fax: (18) 3645-1415

Site: [www.coroados.sp.gov.br](http://www.coroados.sp.gov.br)

Aprovada

Reprovada

Sem Amostra

6 - Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), será analisada a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes neste Termo de Referência.

7- Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.

**8- AS AMOSTRAS PORVENTURA APRESENTADAS SERÃO RETIDAS E ENVIADAS PARA A EQUIPE TÉCNICA PARA APROVAÇÃO OU REPROVAÇÃO DO ITEM.**

## XV - DO PAGAMENTO

1 - O pagamento será efetuado **em até 10 (dez) dias**, através de transferência eletrônica para a conta bancária da Contratada indicada pela mesma, contados da apresentação da Nota Fiscal, após a execução definitiva do objeto, **atestado pelo Fiscal do contrato.**

2 - No corpo da Nota Fiscal deverá ser informado o número da licitação e do contrato correspondente.

3 - Quando o Município atrasar o pagamento de contas decorrentes das contratações será aplicado o índice oficial INPC/IBGE para atualização monetária.

4 - Se o término do prazo para pagamento ocorrer em dia sem expediente no órgão licitante, o pagamento deverá ser efetuado no 1º dia útil subsequente.

5 - Quaisquer erros ou emissão ocorrido na documentação fiscal será motivo de correção por parte da CONTRATADA e haverá em decorrência, suspensão do prazo de pagamento até que o problema seja definitivamente sanado.

6 - **Enviar a(s) Nota(s) Fiscal(is) Eletrônica(s) – DANFE(S) para o Setor de Finanças através do e-mail:** [auxiliar.contab@coroados.sp.gov.br](mailto:auxiliar.contab@coroados.sp.gov.br).

7- Dúvidas e informações quanto ao(s) pagamento(s) poderá(ão) ser encaminhada(s) através do e-mail: [tesouraria.coroados@gmail.com](mailto:tesouraria.coroados@gmail.com).

## XVI - DO REAJUSTE, REPACTUAÇÃO OU REEQUILIBRIO DE PREÇOS E ADITIVO CONTRATUAL

1 - O preço pelo qual será contratado o objeto não será reajustado em sua vigência.

2 - Em decorrência do objeto o mesmo não será reequilibrado ou repactuado.

3 - O objeto da presente contratação poderá ser aditivado ou suprimido até o limite previsto no artigo 125, da Lei Federal nº 14.133/2021.

## XVII – DO CONTRATO

1 - Após a adjudicação e a homologação, será concluído o contrato administrativo, cuja minuta constitui o deste Edital.

2 – O contrato será encaminhado através de correio eletrônico, para o endereço de e-mail disponibilizado pelo licitante na fase de habilitação, competindo ao Contratado a **impressão e assinatura do instrumento em 02 (duas) vias**, providenciando a entrega da via original no Departamento de e Licitações da Prefeitura Municipal **em até 05 (cinco) dias úteis após o seu recebimento.**

**2.1 - Constitui parte integrante do CONTRATO ADMINISTRATIVO**, independentemente de sua transcrição, **o Anexo (Termo de Referência)** bem como **a proposta da futura contratada**, para todos os efeitos legais.

3 - A via do instrumento destinada a contratada, devidamente assinada pelo Contratante, será disponibilizada por correio eletrônico, na forma do item antecedente, ou para retirada no Paço Municipal a partir de 05 (cinco) dias úteis após o protocolo da entrega das vias originais prevista no item anterior.

4 - O órgão gerenciador do contrato poderá, a qualquer tempo, requerer comprovação da prática dos preços apresentados, que poderá ser feita através da cópia de notas fiscais ou outro documento comprobatório dos preços de mercado.

5 - Quando os primeiros classificados estiverem impossibilitados de cumprir com o fornecimento do objeto (devidamente justificado e aceito pela Administração), as licitantes remanescentes poderão ser chamadas para fornecer os produtos registrados/serviços, desde que o preço registrado se encontre dentro dos praticados no mercado.

6 - Caso os preços dos licitantes remanescentes encontrem-se acima do praticado no mercado, os mesmos poderão ser negociados (reduzidos). Caso os preços venham a ser negociados, serão novamente registrados em Ata e publicados.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE COROADOS

C.N.P.J. nº 46.156.477/0001-61

Rua Prudente de Moraes, nº 64 - Centro - CEP 16.260-000

Fone: (18) 3645-9124 - Fax: (18) 3645-1415

Site: [www.coroados.sp.gov.br](http://www.coroados.sp.gov.br)

## XVIII - DO PRAZO DE VALIDADE

1 - O prazo de validade do contrato será de 06 (seis) meses, contado a partir da data da assinatura, podendo ser prorrogado caso seja comprovado a necessidade.

2 – O contrato poderá ser rescindido ou mesmo suspenso nos seguintes casos:

2.1 - Pela Prefeitura Municipal, quando for por este julgado que o fornecedor esteja definitivo ou temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da licitação que deu origem ao registro de preços ou pela não observância das normas legais;

2.2 - Pelo fornecedor, quando, mediante solicitação por escrito, demonstrar que está definitiva ou temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da licitação e devidamente aceita pela Prefeitura Municipal, nos termos legais.

2.3 - Por relevante interesse da Prefeitura Municipal, devidamente justificado.

3 – O contrato poderá ser alterado, rescindido ou suspenso conforme a Lei Federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021.

## XIX - DAS PENALIDADES

A licitante e a empresa contratada se cometer qualquer infração ou descumprimento do previsto no edital ou contrato deverá ficar sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções no artigo 156 da Lei Federal nº 14.133/2021, qual seja:

a. Advertência - inciso I, quando der causa a inexecução parcial do contrato;

b. Multa de até 10% sobre o valor total previsto ou contrato, quando descumprido qualquer cláusula do edital ou do contrato, que não a entrega do objeto - inciso II;

c. Multa de até 0,5% (meio por cento) ao dia, do valor da contratada, caso haja atraso na assinatura do contrato, na apresentação de documentos solicitados, bem como na entrega do objeto, ainda que seja parcial ao solicitado, limitado a 30% (trinta por cento).

d. Impedimento de licitar e contratar com a CONTRATANTE pelo prazo de até 03 (três) anos - inciso III, quando cometido às infrações previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155;

e. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 03 (três) anos, quando cometido às infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 desta Lei, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo.

A sanção de que trata a alínea “b” não poderá ser aplicada sem que seja garantido o exercício de prévia e ampla defesa pelo prazo de 15 (quinze) dias úteis, artigo 157, da Lei Federal nº 14.133/2021.

As sanções das alíneas “c” e “d” não poderão ser aplicadas sem que seja aberto processo de responsabilização, garantido o exercício de prévia e ampla defesa pelo prazo de 15 (quinze) dias úteis, artigo 157, da Lei Federal nº 14.133/2021.

A aplicação das sanções deverá ser precedida de análise jurídica e somente pela Prefeitura Municipal, conforme § 6º, do artigo 156, da Lei Federal nº 14.133/2021.

A sequência do rol previsto nas alíneas do subitem 1, não é obrigatório, podendo ser aplicada a sanção mais severa em conformidade com a falha cometida pelo CONTRATADO.

A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções

Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta da contratada, o Município poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

O contrato poderá ser cancelado de pleno direito total ou parcialmente, independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, sem que a CONTRATADA assista o direito a qualquer indenização, se esta:

a. Falir, entrar em concordata ou ocorrer dissolução da sociedade.

b. Sem justa causa, e prévia comunicação à Prefeitura, suspender a execução dos serviços.

c. Infringir qualquer cláusula desta Ata e/ou da Lei Federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021.

d. Não cumprir ou cumprir irregularmente as cláusulas desta Ata, especificações ou prazos.

O cancelamento poderá ainda ocorrer quando houver:

a) Alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do objeto contratado.

b) Caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada, impeditivo da execução do Contrato.

c) Por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela Prefeitura.

## XX - DA REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO

1 - Fica assegurado a Prefeitura Municipal o direito de revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulá-la em virtude de vício insanável.





# PREFEITURA MUNICIPAL DE COROADOS

C.N.P.J. nº 46.156.477/0001-61

Rua Prudente de Moraes, nº 64 - Centro - CEP 16.260-000

Fone: (18) 3645-9124 - Fax: (18) 3645-1415

Site: [www.coroados.sp.gov.br](http://www.coroados.sp.gov.br)

- 2 - A declaração de nulidade de algum ato do procedimento somente resultará na nulidade dos atos que diretamente dele dependam.
- 3 - Quando da declaração de nulidade de algum ato do procedimento, a autoridade competente indicará expressamente os atos a que ela se estende.
- 4 - A nulidade do procedimento de licitação não gera obrigação de indenizar pela Administração.
- 5 - A nulidade da contratação opera efeitos retroativamente, impedindo os efeitos jurídicos que o contrato, ordinariamente, deveria produzir, além de desconstituir os já produzidos.
- 6 - Nenhum ato será declarado nulo se do vício não resultar prejuízo ao interesse público ou aos demais interessados.
- 7 - A revogação ou anulação será precedida de procedimento administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, e formalizada mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.
- 8 - A autoridade competente para anular ou revogar a licitação é a Prefeita municipal.

## XXI - DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

1 - A partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção prevista na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei Federal nº 8.429/1992), a Lei Federal nº 12.846/2013 e seus regulamentos, se comprometem que para a execução deste contrato nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar, a quem quer que seja, aceitar ou se comprometer a aceitar, de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios indevidos de qualquer espécie, de modo fraudulento que constituam prática ilegal ou de corrupção, bem como de manipular ou fraudar o equilíbrio econômico financeiro do presente contrato, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, devendo garantir, ainda que seus prepostos, administradores e colaboradores ajam da mesma forma.

## XXII - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 1 - O resultado e demais atos do presente certame será divulgado no Diário Oficial do Município no link <https://imprensaoficialmunicipal.com.br/coroados> e no Portal da Prefeitura Municipal, através do endereço <http://45.225.140.213:5656/transparencia/?AcessoIndividual=lnkLicitacoes>.
- 2 - As normas disciplinadoras desta licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que a interpretação não viole a lei e não comprometa o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.
- 3 - Os proponentes intimados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pelo Agente de Contratação.
- 4 - Será facultado o Agente de Contratação ou à autoridade superior, em qualquer fase do julgamento, promover diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, inclusive parecer técnico à (s) Secretaria (s) requerente (s) do certame com relação aos produtos cotados, bem como solicitar aos órgãos competentes, elaboração de parecer técnico destinado a fundamentar a decisão.
- 5 - O Agente de Contratação poderá, ainda, relevar erros formais, ou simples omissões em quaisquer documentos, para fins de habilitação e classificação da proponente, desde que sejam irrelevantes, não firam o entendimento da proposta e o ato não acarrete violação aos princípios básicos da licitação e não gerem a majoração do preço proposto.
- 6 - Os licitantes devem acompanhar rigorosamente todas as fases do certame, sendo responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem enviada nos termos previstos na lei e no presente Edital ou seus anexos, bem como será responsável pela apresentação dos documentos solicitados nos prazos previstos.
- 7 - Nenhuma indenização será devida às licitantes pela elaboração ou pela apresentação de documentação referente ao presente Edital.
- 8 - A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 9 - Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, exclui-se o dia do início e inclui-se o do vencimento, observando-se que só se iniciam e vencem prazos em dia de expediente normal na Prefeitura Municipal, exceto quando explicitamente disposto em contrário.
- 10 - A autoridade competente poderá revogar a presente licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado, sem que caiba às Licitantes direito à indenização.
- 11 - A anulação do procedimento licitatório induz à do Contrato ou da ata de registro de preço, ressalvado o disposto no parágrafo único, art. 147 da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021.
- 12 - O resultado da licitação será divulgado nos mesmos veículos de comunicação dispostos no presente Edital e estará disponível junto ao Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal.
- 13 - No caso de alteração deste Edital no curso do prazo estabelecido para a realização do Pregão, este prazo será reaberto, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE COROADOS

C.N.P.J. nº 46.156.477/0001-61  
Rua Prudente de Moraes, nº 64 - Centro - CEP 16.260-000  
Fone: (18) 3645-9124 - Fax: (18) 3645-1415  
Site: [www.coroados.sp.gov.br](http://www.coroados.sp.gov.br)

**14** - A proponente deverá indicar ao Agente de Contratação todos os meios de contato (telefone/endereço eletrônico (e-mail), para comunicação, e obriga-se a manter os dados devidamente atualizados durante todo o decurso processual. Será de sua inteira responsabilidade o retorno imediato de todos os atos comunicados, os quais serão considerados recebidos, não lhe cabendo qualquer alegação de não recebimentos dos documentos.

**15** - O Agente de Contratação não se responsabilizará por e-mails que, por qualquer motivo, não forem recebidos em virtude de problemas no servidor ou navegador, tanto do Município quanto do emissor.

**16** - Não havendo expediente, ocorrendo qualquer fato superveniente, que impeça a realização do certame na data e horário marcado, a sessão pública será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no horário estabelecido neste Edital, desde que não haja comunicação do Agente de Contratação em contrário.

**17** - Os casos omissos serão resolvidos pelo Agente de Contratação.

**18** - Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:

Anexo I – Termo de Referência / Modelo Oficial de Proposta;

**Anexo II – Declaração Unificada; (APRESENTAR NO CREDENCIAMENTO)**

Anexo III - Minuta do Contrato;

Anexo IV – Termo de Ciência e Notificação;

**Anexo V – Dados Necessários para a assinatura do contrato. (APRESENTAR NO CREDENCIAMENTO)**

## **XXIII - DO FORO**

**1** - Fica eleito o Foro da Comarca de Birigui, renunciando a outros por mais privilegiados que sejam, para dirimir, na esfera judicial, as questões oriundas do presente Edital.

Coroados/SP, 10 de Outubro de 2024.

**TEREZINHA APARECIDA CASTILHO VARONI**  
Prefeita Municipal de Coroados



# PREFEITURA MUNICIPAL DE COROADOS

C.N.P.J. nº 46.156.477/0001-61  
Rua Prudente de Moraes, nº 64 - Centro - CEP 16.260-000  
Fone: (18) 3645-9124 - Fax: (18) 3645-1415  
Site: [www.coroados.sp.gov.br](http://www.coroados.sp.gov.br)

## ANEXO I

### MODELO OFICIAL DE PROPOSTA/TERMO DE REFERÊNCIA

Í T E M	OBJETO	DESCRIÇÃO	UNID .	QTD E.	MARC A/FAB RIC.	VAL OR UNIT .	VAL OR TOT AL
1	<b>LUMINÁRIA LED; IP66 - 100W</b>	<p>A LUMINÁRIA DE LED, DEVERÁ SER FORNECIDA, EM CORPO ÚNICO, COMPLETAMENTE MONTADA E CONECTADA, INCLUINDO TODOS COMPONENTES E ACESSÓRIOS; CORPO EM LIGA DE ALUMÍNIO INJETADO A ALTA PRESSÃO; SISTEMA ÓPTICO SECUNDÁRIO EM POLICARBONATO OU ACRÍLICO, O CONJUNTO ÓTICO DEVERÁ SER FECHADO COM REFRATOR EM VIDRO TEMPERADO. NÃO SERÁ ADMITIDA, NO ÂMBITO DESTA ESPECIFICAÇÃO, LUMINÁRIA LED COM LENTE SECUNDÁRIA CONFECCIONADA EM POLÍMERO (POLICARBONATO OU ACRÍLICO) DIRETAMENTE EXPOSTA AO TEMPO SEM A PRESENÇA DE UM REFRATOR. GRAU DE PROTEÇÃO, <b>IP66</b> PARA TODA A LUMINÁRIA. DISSIPADORES DE CALOR DO CONJUNTO, CIRCUITOS E LEDS EM ALUMÍNIO INJETADO; PINTURA ELETROSTÁTICA EM POLIÉSTER A PÓ, COM PROTEÇÃO UV, RESISTENTE A INTEMPÉRIES E CORROSÃO, NA COR CINZA; ALOJAMENTO DO EQUIPAMENTO AUXILIAR (DRIVER, CONEXÕES, PROTETOR DE SURTO) COM ACESSO POR MEIO DE PARAFUSOS OU FECHOS DE PRESSÃO; DEVERÁ APRESENTAR A FIXAÇÃO EM BRAÇOS COM DIÂMETROS DE 33 +/- 1MM A 60,3 +/- 3MM; PARAFUSOS, PORCAS E OUTRAS PARTES DE FIXAÇÃO DEVEM SER EM AÇO INOXIDÁVEL OU MATERIAL EQUIVALENTE. PLACA DO CIRCUITO DOS LEDS DO TIPO MCPCB (METAL CLAD PRINTED CIRCUIT BOARD) DE ALUMÍNIO, MONTADOS POR PROCESSO SMD (SURFACE MOUNTING DEVICES). NÃO SERÃO ACEITOS MÓDULOS COM PCB DE MATERIAL FENOLITE OU FIBRA DE VIDRO. NÃO SERÁ ADMITIDA A TECNOLOGIA COB LED (CHIP ON BOARD); RESISTÊNCIA A IMPACTOS MECÂNICOS. CLASSIFICAÇÃO MÍNIMO IK-08; TEMPERATURA DE OPERAÇÃO: NO MÍNIMO ENTRE TEMPERATURAS DE -5°C E 45°C; A LUMINÁRIA DEVERÁ POSSIBILITAR A INSTALAÇÃO DE RELÉ FOTOCONTROLADOR (ABNT NBR 5123) E POSSUIR TOMADA PADRÃO ANSI C136.41 - 3 CONTATOS;</p>	<b>UNID A</b>	<b>130</b>			



## PREFEITURA MUNICIPAL DE COROADOS

C.N.P.J. nº 46.156.477/0001-61

Rua Prudente de Moraes, nº 64 - Centro - CEP 16.260-000

Fone: (18) 3645-9124 - Fax: (18) 3645-1415

Site: [www.coroados.sp.gov.br](http://www.coroados.sp.gov.br)

		<p>TENSÃO NOMINAL DE ALIMENTAÇÃO: 220V +/- 10% (CORRENTE ALTERNADA); FATOR DE POTÊNCIA: MÍNIMO DE 0,92 (CONSIDERANDO THD); TAXA DE DISTORÇÃO HARMÔNICA DE CORRENTE (THD): = 10; FREQUÊNCIA NOMINAL: 60HZ; EFICIÊNCIA LUMINOSA MÍNIMA: MÍNIMO 150LM/W, CONSIDERANDO FLUXO LUMINOSO ÚTIL DA LUMINÁRIA; ÂNGULO DE ABERTURA DO FACHO LUMINOSO TRANSVERSAL TIPO II, LONGITUDINAL MÉDIA. COM CONTROLE DE DISTRIBUIÇÃO TOTALMENTE LIMITADA (FULL CUT-OFF) OU LIMITADA; DRIVER: INCORPORADO INTERNAMENTE À LUMINÁRIA E NÃO DIMERIZÁVEL; PROTETOR DE SURTOS (DPS): MÍNIMO 10 KA/10KV; ÍNDICE DE REPRODUÇÃO DE COR (IRC): MÍNIMO 70%; TEMPERATURA DE COR CORRELATA (TCC): 5000 K, ADMITINDO O VALOR MÍNIMO DE 4746 K E O VALOR MÁXIMO DE 5312 K.; VIDA ÚTIL DO CONJUNTO: MÍNIMO 100.000 HORAS; ÍNDICE DE DEPRECIAÇÃO: MÍNIMO L70 (PERDA MÁXIMA DE 30% DO FLUXO LUMINOSO INICIAL APÓS 100.000 HORAS); GARANTIA DO PRODUTO 5 (CINCO) ANOS; <b>DEVERÁ POSSUIR CERTIFICADO DE CONFORMIDADE CONFORME PORTARIA Nº 62, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2022 DO INMETRO E SELO PROCEL;</b></p>				
2	<b>LUMINÁRIA LED; IP66 - 120W</b>	<p>A LUMINÁRIA DE LED, DEVERÁ SER FORNECIDA, EM CORPO ÚNICO, COMPLETAMENTE MONTADA E CONECTADA, INCLUINDO TODOS COMPONENTES E ACESSÓRIOS; CORPO EM LIGA DE ALUMÍNIO INJETADO A ALTA PRESSÃO; SISTEMA ÓPTICO SECUNDÁRIO EM POLICARBONATO OU ACRÍLICO, O CONJUNTO ÓTICO DEVERÁ SER FECHADO COM REFRATOR EM VIDRO TEMPERADO. NÃO SERÁ ADMITIDA, NO ÂMBITO DESTA ESPECIFICAÇÃO, LUMINÁRIA LED COM LENTE SECUNDÁRIA CONFECCIONADA EM POLÍMERO (POLICARBONATO OU ACRÍLICO) DIRETAMENTE EXPOSTA AO TEMPO SEM A PRESENÇA DE UM REFRATOR. GRAU DE PROTEÇÃO, <b>IP66</b> PARA TODA A LUMINÁRIA. DISSIPADORES DE CALOR DO CONJUNTO, CIRCUITOS E LEDS EM ALUMÍNIO INJETADO;</p>	<b>UNID A</b>	<b>50</b>		





## PREFEITURA MUNICIPAL DE COROADOS

C.N.P.J. nº 46.156.477/0001-61

Rua Prudente de Moraes, nº 64 - Centro - CEP 16.260-000

Fone: (18) 3645-9124 - Fax: (18) 3645-1415

Site: [www.coroados.sp.gov.br](http://www.coroados.sp.gov.br)

	<p>PINTURA ELETROSTÁTICA EM POLIÉSTER A PÓ, COM PROTEÇÃO UV, RESISTENTE A INTEMPÉRIES E CORROSÃO, NA COR CINZA; ALOJAMENTO DO EQUIPAMENTO AUXILIAR (DRIVER, CONEXÕES, PROTETOR DE SURTO) COM ACESSO POR MEIO DE PARAFUSOS OU FECHOS DE PRESSÃO; DEVERÁ APRESENTAR A FIXAÇÃO EM BRAÇOS COM DIÂMETROS DE 33 +/- 1MM A 60,3 +/- 3MM; PARAFUSOS, PORCAS E OUTRAS PARTES DE FIXAÇÃO DEVEM SER EM AÇO INOXIDÁVEL OU MATERIAL EQUIVALENTE.</p> <p>PLACA DO CIRCUITO DOS LEDS DO TIPO MCPCB (METAL CLAD PRINTED CIRCUIT BOARD) DE ALUMÍNIO, MONTADOS POR PROCESSO SMD (SURFACE MOUNTING DEVICES). NÃO SERÃO ACEITOS MÓDULOS COM PCB DE MATERIAL FENOLITE OU FIBRA DE VIDRO. NÃO SERÁ ADMITIDA A TECNOLOGIA COB LED (CHIP ON BOARD);</p> <p>RESISTÊNCIA A IMPACTOS MECÂNICOS. CLASSIFICAÇÃO MÍNIMO IK-08;</p> <p>TEMPERATURA DE OPERAÇÃO: NO MÍNIMO ENTRE TEMPERATURAS DE -5°C E 45°C;</p> <p>A LUMINÁRIA DEVERÁ POSSIBILITAR A INSTALAÇÃO DE RELÉ FOTOCONTROLADOR (ABNT NBR 5123) E POSSUIR TOMADA PADRÃO ANSI C136.41 - 3 CONTATOS;</p> <p>TENSÃO NOMINAL DE ALIMENTAÇÃO: 220V +/- 10% (CORRENTE ALTERNADA);</p> <p>FATOR DE POTÊNCIA: MÍNIMO DE 0,92 (CONSIDERANDO THD);</p> <p>TAXA DE DISTORÇÃO HARMÔNICA DE CORRENTE (THD): = 10;</p> <p>FREQUÊNCIA NOMINAL: 60HZ;</p> <p>EFICIÊNCIA LUMINOSA MÍNIMA: MÍNIMO 150LM/W, CONSIDERANDO FLUXO LUMINOSO ÚTIL DA LUMINÁRIA;</p> <p>ÂNGULO DE ABERTURA DO FACHO LUMINOSO TRANSVERSAL TIPO II, LONGITUDINAL MÉDIA. COM CONTROLE DE DISTRIBUIÇÃO TOTALMENTE LIMITADA (FULL CUT-OFF) OU LIMITADA;</p> <p>DRIVER: INCORPORADO INTERNAMENTE À LUMINÁRIA E NÃO DIMERIZÁVEL;</p> <p>PROTETOR DE SURTOS (DPS): MÍNIMO 10 KA/10KV;</p> <p>ÍNDICE DE REPRODUÇÃO DE COR (IRC): MÍNIMO 70%;</p> <p>TEMPERATURA DE COR CORRELATA (TCC): 5000 K, ADMITINDO O VALOR MÍNIMO DE 4746 K E O VALOR MÁXIMO DE 5312 K.;</p> <p>VIDA ÚTIL DO CONJUNTO: MÍNIMO 100.000 HORAS;</p> <p>ÍNDICE DE DEPRECIAÇÃO: MÍNIMO L70 (PERDA MÁXIMA DE 30% DO FLUXO LUMINOSO INICIAL APÓS 100.000 HORAS);</p>					
--	--	--	--	--	--	--



## PREFEITURA MUNICIPAL DE COROADOS

C.N.P.J. nº 46.156.477/0001-61

Rua Prudente de Moraes, nº 64 - Centro - CEP 16.260-000

Fone: (18) 3645-9124 - Fax: (18) 3645-1415

Site: [www.coroados.sp.gov.br](http://www.coroados.sp.gov.br)

		<b>GARANTIA DO PRODUTO 5 (CINCO) ANOS; DEVERÁ POSSUIR CERTIFICADO DE CONFORMIDADE CONFORME PORTARIA Nº 62, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2022 DO INMETRO E SELO PROCEL;</b>					
3	<b>LUMINÁRIA LED; IP66 - 50W</b>	<p>A LUMINÁRIA DE LED, DEVERÁ SER FORNECIDA, EM CORPO ÚNICO, COMPLETAMENTE MONTADA E CONECTADA, INCLUINDO TODOS COMPONENTES E ACESSÓRIOS; CORPO EM LIGA DE ALUMÍNIO INJETADO A ALTA PRESSÃO; SISTEMA ÓPTICO SECUNDÁRIO EM POLICARBONATO OU ACRÍLICO, O CONJUNTO ÓTICO DEVERÁ SER FECHADO COM REFRATOR EM VIDRO TEMPERADO. NÃO SERÁ ADMITIDA, NO ÂMBITO DESTA ESPECIFICAÇÃO, LUMINÁRIA LED COM LENTE SECUNDÁRIA CONFECCIONADA EM POLÍMERO (POLICARBONATO OU ACRÍLICO) DIRETAMENTE EXPOSTA AO TEMPO SEM A PRESENÇA DE UM REFRATOR. GRAU DE PROTEÇÃO, <b>IP66</b> PARA TODA A LUMINÁRIA. DISSIPADORES DE CALOR DO CONJUNTO, CIRCUITOS E LEDS EM ALUMÍNIO INJETADO; PINTURA ELETROSTÁTICA EM POLIÉSTER A PÓ, COM PROTEÇÃO UV, RESISTENTE A INTEMPÉRIES E CORROSÃO, NA COR CINZA; ALOJAMENTO DO EQUIPAMENTO AUXILIAR (DRIVER, CONEXÕES, PROTETOR DE SURTO) COM ACESSO POR MEIO DE PARAFUSOS OU FECHOS DE PRESSÃO; DEVERÁ APRESENTAR A FIXAÇÃO EM BRAÇOS COM DIÂMETROS DE 33 +/- 1MM A 60,3 +/- 3MM; PARAFUSOS, PORCAS E OUTRAS PARTES DE FIXAÇÃO DEVEM SER EM AÇO INOXIDÁVEL OU MATERIAL EQUIVALENTE. PLACA DO CIRCUITO DOS LEDS DO TIPO MCPCB (METAL CLAD PRINTED CIRCUIT BOARD) DE ALUMÍNIO, MONTADOS POR PROCESSO SMD (SURFACE MOUNTING DEVICES). NÃO SERÃO ACEITOS MÓDULOS COM PCB DE MATERIAL FENOLITE OU FIBRA DE VIDRO. NÃO SERÁ ADMITIDA A TECNOLOGIA COB LED (CHIP ON BOARD); RESISTÊNCIA A IMPACTOS MECÂNICOS. CLASSIFICAÇÃO MÍNIMO IK-08; TEMPERATURA DE OPERAÇÃO: NO MÍNIMO ENTRE TEMPERATURAS DE -5°C E 45°C; A LUMINÁRIA DEVERÁ POSSIBILITAR A INSTALAÇÃO DE RELÉ FOTOCONTROLADOR (ABNT NBR 5123) E POSSUIR TOMADA PADRÃO ANSI C136.41 - 3 CONTATOS; TENSÃO NOMINAL DE ALIMENTAÇÃO: 220V +/- 10% (CORRENTE ALTERNADA);</p>	<b>UNID A</b>	<b>810</b>			



## PREFEITURA MUNICIPAL DE COROADOS

C.N.P.J. nº 46.156.477/0001-61

Rua Prudente de Moraes, nº 64 - Centro - CEP 16.260-000

Fone: (18) 3645-9124 - Fax: (18) 3645-1415

Site: [www.coroados.sp.gov.br](http://www.coroados.sp.gov.br)

		<p>FATOR DE POTÊNCIA: MÍNIMO DE 0,92 (CONSIDERANDO THD); TAXA DE DISTORÇÃO HARMÔNICA DE CORRENTE (THD): = 10; FREQUÊNCIA NOMINAL: 60HZ; EFICIÊNCIA LUMINOSA MÍNIMA: MÍNIMO 150LM/W, CONSIDERANDO FLUXO LUMINOSO ÚTIL DA LUMINÁRIA; ÂNGULO DE ABERTURA DO FACHO LUMINOSO TRANSVERSAL TIPO II, LONGITUDINAL MÉDIA. COM CONTROLE DE DISTRIBUIÇÃO TOTALMENTE LIMITADA (FULL CUT-OFF) OU LIMITADA; DRIVER: INCORPORADO INTERNAMENTE À LUMINÁRIA E NÃO DIMERIZÁVEL; PROTETOR DE SURTOS (DPS): MÍNIMO 10 KA/10KV; ÍNDICE DE REPRODUÇÃO DE COR (IRC): MÍNIMO 70%; TEMPERATURA DE COR CORRELATA (TCC): 5000 K, ADMITINDO O VALOR MÍNIMO DE 4746 K E O VALOR MÁXIMO DE 5312 K.; VIDA ÚTIL DO CONJUNTO: MÍNIMO 100.000 HORAS; ÍNDICE DE DEPRECIAÇÃO: MÍNIMO L70 (PERDA MÁXIMA DE 30% DO FLUXO LUMINOSO INICIAL APÓS 100.000 HORAS); GARANTIA DO PRODUTO 5 (CINCO) ANOS; <b>DEVERÁ POSSUIR CERTIFICADO DE CONFORMIDADE CONFORME PORTARIA Nº 62, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2022 DO INMETRO E SELO PROCEL;</b></p>				
4	<b>LUMINÁRIA LED; IP66 - 70W</b>	<p>A LUMINÁRIA DE LED, DEVERÁ SER FORNECIDA, EM CORPO ÚNICO, COMPLETAMENTE MONTADA E CONECTADA, INCLUINDO TODOS COMPONENTES E ACESSÓRIOS; CORPO EM LIGA DE ALUMÍNIO INJETADO A ALTA PRESSÃO; SISTEMA ÓPTICO SECUNDÁRIO EM POLICARBONATO OU ACRÍLICO, O CONJUNTO ÓTICO DEVERÁ SER FECHADO COM REFRATOR EM VIDRO TEMPERADO. NÃO SERÁ ADMITIDA, NO ÂMBITO DESTA ESPECIFICAÇÃO, LUMINÁRIA LED COM LENTE SECUNDÁRIA CONFECCIONADA EM POLÍMERO (POLICARBONATO OU ACRÍLICO) DIRETAMENTE EXPOSTA AO TEMPO SEM A PRESENÇA DE UM REFRATOR. GRAU DE PROTEÇÃO, <b>IP66</b> PARA TODA A LUMINÁRIA. DISSIPADORES DE CALOR DO CONJUNTO, CIRCUITOS E LEDS EM ALUMÍNIO INJETADO; PINTURA ELETROSTÁTICA EM POLIÉSTER A PÓ, COM PROTEÇÃO UV, RESISTENTE A INTEMPÉRIES E CORROSÃO, NA COR CINZA;</p>	<b>UNID A</b>	<b>60</b>		



## PREFEITURA MUNICIPAL DE COROADOS

C.N.P.J. nº 46.156.477/0001-61

Rua Prudente de Moraes, nº 64 - Centro - CEP 16.260-000

Fone: (18) 3645-9124 - Fax: (18) 3645-1415

Site: [www.coroados.sp.gov.br](http://www.coroados.sp.gov.br)

	<p>ALOJAMENTO DO EQUIPAMENTO AUXILIAR (DRIVER, CONEXÕES, PROTETOR DE SURTO) COM ACESSO POR MEIO DE PARAFUSOS OU FECHOS DE PRESSÃO; DEVERÁ APRESENTAR A FIXAÇÃO EM BRAÇOS COM DIÂMETROS DE 33 +/- 1MM A 60,3 +/- 3MM; PARAFUSOS, PORCAS E OUTRAS PARTES DE FIXAÇÃO DEVEM SER EM AÇO INOXIDÁVEL OU MATERIAL EQUIVALENTE. PLACA DO CIRCUITO DOS LEDS DO TIPO MCPCB (METAL CLAD PRINTED CIRCUIT BOARD) DE ALUMÍNIO, MONTADOS POR PROCESSO SMD (SURFACE MOUNTING DEVICES). NÃO SERÃO ACEITOS MÓDULOS COM PCB DE MATERIAL FENOLITE OU FIBRA DE VIDRO. NÃO SERÁ ADMITIDA A TECNOLOGIA COB LED (CHIP ON BOARD); RESISTÊNCIA A IMPACTOS MECÂNICOS. CLASSIFICAÇÃO MÍNIMO IK-08; TEMPERATURA DE OPERAÇÃO: NO MÍNIMO ENTRE TEMPERATURAS DE -5°C E 45°C; A LUMINÁRIA DEVERÁ POSSIBILITAR A INSTALAÇÃO DE RELÉ FOTOCONTROLADOR (ABNT NBR 5123) E POSSUIR TOMADA PADRÃO ANSI C136.41 - 3 CONTATOS; TENSÃO NOMINAL DE ALIMENTAÇÃO: 220V +/- 10% (CORRENTE ALTERNADA); FATOR DE POTÊNCIA: MÍNIMO DE 0,92 (CONSIDERANDO THD); TAXA DE DISTORÇÃO HARMÔNICA DE CORRENTE (THD): = 10; FREQUÊNCIA NOMINAL: 60HZ; EFICIÊNCIA LUMINOSA MÍNIMA: MÍNIMO 150LM/W, CONSIDERANDO FLUXO LUMINOSO ÚTIL DA LUMINÁRIA; ÂNGULO DE ABERTURA DO FACHO LUMINOSO TRANSVERSAL TIPO II, LONGITUDINAL MÉDIA. COM CONTROLE DE DISTRIBUIÇÃO TOTALMENTE LIMITADA (FULL CUT-OFF) OU LIMITADA; DRIVER: INCORPORADO INTERNAMENTE À LUMINÁRIA E NÃO DIMERIZÁVEL; PROTETOR DE SURTOS (DPS): MÍNIMO 10 KA/10KV; ÍNDICE DE REPRODUÇÃO DE COR (IRC): MÍNIMO 70%; TEMPERATURA DE COR CORRELATA (TCC): 5000 K, ADMITINDO O VALOR MÍNIMO DE 4746 K E O VALOR MÁXIMO DE 5312 K.; VIDA ÚTIL DO CONJUNTO: MÍNIMO 100.000 HORAS; ÍNDICE DE DEPRECIAÇÃO: MÍNIMO L70 (PERDA MÁXIMA DE 30% DO FLUXO LUMINOSO INICIAL APÓS 100.000 HORAS); GARANTIA DO PRODUTO 5 (CINCO) ANOS; <b>DEVERÁ POSSUIR CERTIFICADO DE CONFORMIDADE CONFORME PORTARIA Nº 62,</b></p>					
--	--	--	--	--	--	--





# PREFEITURA MUNICIPAL DE COROADOS

C.N.P.J. nº 46.156.477/0001-61  
Rua Prudente de Moraes, nº 64 - Centro - CEP 16.260-000  
Fone: (18) 3645-9124 - Fax: (18) 3645-1415  
Site: [www.coroados.sp.gov.br](http://www.coroados.sp.gov.br)

		DE 17 DE FEVEREIRO DE 2022 DO INMETRO E SELO PROCEL;					
5	RELÉ FOTOCONTROLADOR	RELÉ FOTOCONTROLADOR ELETRÔNICO TIPO T2 MULTITENSÃO QUE LIGA DE NOITE (LN), AZIMUTAL, INTERCAMBIÁVEL, TAMPA EM POLICARBONATO ESTABILIZADO COM PROTEÇÃO ULTRAVIOLETA, RESISTENTE A INTEMPÉRIES, CHOQUES TÉRMICOS E MECÂNICOS; GRAU DE PROTEÇÃO <b>IP 66</b> ; TENSÃO DE FUNCIONAMENTO FAIXA ENTRE 110 E 280 VAC; FREQUÊNCIA 60HZ; COMPATÍVEL COM O ACIONAMENTO DE CARGAS DE POTÊNCIA DE 1800 VA; LIMITE DE FUNCIONAMENTO: - 5°C A +50°C; CONTATOS DE ENCAIXE EM LATÃO; RELAÇÃO LIGA-DESLIGA NORMAL (RN); FAIXA DE OPERAÇÃO 5 A 15 LUX PARA LIGAR E NO MÁXIMO 30 LUX PARA DESLIGAR; SENSOR FOTOTRANSISTOR; VARISTOR CONTRA SURTO DE TENSÃO; SISTEMA DE RETARDO RÁPIDO DE OPERAÇÃO (AR), COMPREENDENDO TEMPO DE RETARDO ENTRE 3 E 5 SEGUNDOS, QUE NÃO PERMITA LIGAR/DESLIGAR A CARGA DEVIDO AS VARIAÇÕES BRUSCAS DE LUMINOSIDADE; CONTATOS COM FECHAMENTO PRÓXIMO AO NÍVEL ZERO DE TENSÃO (ZERO CROSSING), DURABILIDADE IGUAL OU SUPERIOR A 15.000 CICLOS DE OPERAÇÃO; MODO DE FALHA DESLIGADO (FD): EM CASO DE FALHA DO RELÉ, A CARGA PERMANECE DESLIGADA ATENDER A NBR 5123; GARANTIA MÍNIMA DE 2 ANOS;	UNID A	1050			
VALOR TOTAL:							

**OBSERVAÇÃO: É OBRIGATÓRIO O PREENCHIMENTO DO CAMPO “MARCA” DE CADA ITEM, SOB PENA DE DESCLASSIFICAÇÃO DA PROPOSTA CASO A NÃO APRESENTAÇÃO.**

**OBRIGATÓRIO O VALOR TOTAL DA PROPOSTA POIS A LICITAÇÃO É VALOR GLOBAL.**

As especificações acima, devem ser comprovadas através de documentação de especificações técnicas (“Datasheet”) oficiais do equipamento em português, certificações de ensaios de laboratório de testes ou através de **declaração do fabricante**. Devendo ser apresentado juntamente com o envelope **“PROPOSTA”**.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE COROADOS

C.N.P.J. nº 46.156.477/0001-61  
Rua Prudente de Moraes, nº 64 - Centro - CEP 16.260-000  
Fone: (18) 3645-9124 - Fax: (18) 3645-1415  
Site: [www.coroados.sp.gov.br](http://www.coroados.sp.gov.br)

## TERMO DE REFERÊNCIA

### 1 - CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1- Constitui objeto do presente Termo de Referência - TR, a aquisição de **LUMINÁRIAS PÚBLICA COM TECNOLOGIA LED**, faz-se necessária para reduzir os custos mensais com contas de energia, e ainda melhorar a luminosidade do arruamento da cidade, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste TERMO DE REFERÊNCIA -TR.

1.2A economia de energia, proporcionada pela instalação de Luminárias LED, permite que o investimento retorne de forma segura. Ainda, reduz substancialmente as ocorrências de manutenções e apagões frequentes.

1.2.1 - Órgão(ãos) interessado(s): **SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, SERVIÇOS, AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE**

1.3 - O(s) produto(s) deverá(ã)o atender aos padrões mínimos de qualidade e segurança exigidos no objeto, em conformidade com a legislação específica aplicável e o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8078/90), sendo que os itens considerados inadequados ou que não atenderem às exigibilidades, não serão aceitos e o pagamento de toda a parcela ficará suspensa, até sua regularização de forma integral.

1.4 - Entende-se por produto inadequado, aquele que apresentar-se com inferior qualidade, fora das determinações legais, em desacordo com as especificações constantes na relação de itens do objeto neste instrumento, deteriorações, diferentes da proposta apresentada, com embalagens defeituosas, perfuradas, especificações e marcas diferentes do exigido e ofertado.

### 2 - JUSTIFICATIVA TÉCNICA

2.1 - A economia de energia, proporcionada pela instalação de Luminárias LED, permite que o investimento retorne de forma segura. Ainda, reduz substancialmente as ocorrências de manutenções e apagões frequentes.

2.2 - Nesse sentido, os padrões de qualidade e rendimento pretendidos na aquisição em apreço resultam de uma avaliação prática dos melhores produtos existentes no mercado e que acabam por possuírem total similaridade entre si, uma vez que se tratam de produtos comuns, facilmente encontrados no mercado, tal qual se procura obter.

2.3 - Essa avaliação prática resulta da experimentação dos produtos por este e por outros vários órgãos públicos ao longo dos últimos anos. Aliás, vale lembrar que, para cada um dos itens que compõem o lote, existem várias marcas e fornecedores capazes de atender às especificações trazidas por este Termo de Referência.

2.4 - O objetivo desta pretensão de aquisição de produtos com adequados padrões de qualidade e rendimento é, justamente, a obtenção da proposta mais vantajosa para essa Municipalidade, escopo máximo da licitação, atendendo-se aos princípios de regência esculpados na legislação vigente.

2.5 - Desta feita, é o que razoavelmente se concebe, ponderando-se os elementos de caracterização, de tal sorte que a impessoalidade, a isonomia, a eficiência e a competitividade do certame restam objetiva e amplamente preservados e fortalecidos.

2.6 - Vale observar que a padronização, sem direcionamento, é amplamente permitida, conforme dispõe a Súmula TCU nº 270/2012: "Em licitações referentes a compras, inclusive de softwares, é possível a indicação de marca, desde que seja estritamente necessária para atender a exigências de padronização e que haja prévia justificação."

### 3 - CLASSIFICAÇÃO DOS BENS E SERVIÇOS COMUNS

3.1 - Os bens desta contratação são caracterizados como bem(ns) comum(ns), pois possui(em) padrões de desempenho e qualidade definidas neste instrumento, por meio de especificação(ões) usual(is) de mercado e padrão(ões) de qualidade, a teor do que dispõe o inciso XIII do art. 6º da Lei 14.133/2021.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE COROADOS

C.N.P.J. nº 46.156.477/0001-61  
Rua Prudente de Moraes, nº 64 - Centro - CEP 16.260-000  
Fone: (18) 3645-9124 - Fax: (18) 3645-1415  
Site: [www.coroados.sp.gov.br](http://www.coroados.sp.gov.br)

3.2 - Constitui objeto cuja escolha pode ser feita com base nos preços ofertados, considerando que são comparáveis entre si e que não necessitam de avaliação minuciosa, por não se revestirem de grande complexidade técnica para a sua execução, bem como não se tratarem de serviço a ser feito sob encomenda.

3.3 - O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021 (regulamenta o disposto no art. 20 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021).

3.4 - O Edital e o Contrato oferecem maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

## 4 - FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

4.1 - A economia de energia, proporcionada pela instalação de Luminárias LED, permite que o investimento retorne de forma segura. Ainda, reduz substancialmente as ocorrências de manutenções e apagões frequentes.

4.2 - Este Setor tem urgência na aquisição dos materiais descritos neste TERMO DE REFERÊNCIA - TR pela necessidade de dar continuidade nos serviços públicos da secretaria, para manter a organização e o atendimento dos serviços essenciais para população.

4.3 - Assim, considerando todos os aspectos, há a necessidade da aquisição de materiais objeto deste Termo de Referência para atender as demandas mensais, sendo estes indispensáveis para a manutenção da Administração Pública.

4.4 - Considerando a natureza dos itens a serem adquiridos, que guardam relação entre si, respaldado em entendimento pacificado pelo Tribunal de Contas da União (Acórdão nº 5.260/2011-1ª Câmara e Acórdão nº 861/2013 Plenário), e para priorizar a eficiência no Serviço Público, mostra-se pertinente a aquisição dos itens, conforme discriminado no TERMO DE REFERÊNCIA - TR.

## 5 - DESCRIÇÃO E ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

5.1 - As quantidades foram estimadas com base nas ações a serem realizadas, trata-se de estimativa em virtude da dificuldade de se precisar o quantitativo mensal/anual de consumo por item, bem como as combinações a serem realizadas a cada pedido.

5.2 - Vale observar que a padronização, sem direcionamento, é amplamente permitida, conforme dispõe a Súmula TCU nº 270/2012: "Em licitações referentes a compras, inclusive de softwares, é possível a indicação de marca, desde que seja estritamente necessária para atender a exigências de padronização e que haja prévia justificação."

5.3 - As especificações dos itens encontram-se descritas abaixo.

ITEM	OBJETO	DESCRIÇÃO	UNID.	QTD E.	MARCA/FABRIC.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	LUMINÁRIA LED; IP66 - 100W	A LUMINÁRIA DE LED, DEVERÁ SER FORNECIDA, EM CORPO ÚNICO, COMPLETAMENTE MONTADA E CONECTADA, INCLUINDO TODOS COMPONENTES E ACESSÓRIOS; CORPO EM LIGA DE ALUMÍNIO INJETADO A ALTA PRESSÃO; SISTEMA ÓPTICO SECUNDÁRIO EM POLICARBONATO OU ACRÍLICO, O CONJUNTO ÓPTICO DEVERÁ SER FECHADO COM REFRATOR EM VIDRO TEMPERADO. NÃO SERÁ ADMITIDA, NO ÂMBITO DESTA ESPECIFICAÇÃO, LUMINÁRIA LED COM LENTE SECUNDÁRIA CONFECCIONADA EM POLÍMERO	UNID A	130			



## PREFEITURA MUNICIPAL DE COROADOS

C.N.P.J. nº 46.156.477/0001-61

Rua Prudente de Moraes, nº 64 - Centro - CEP 16.260-000

Fone: (18) 3645-9124 - Fax: (18) 3645-1415

Site: [www.coroados.sp.gov.br](http://www.coroados.sp.gov.br)

	<p>(POLICARBONATO OU ACRÍLICO) DIRETAMENTE EXPOSTA AO TEMPO SEM A PRESENÇA DE UM REFRATOR.</p> <p>GRAU DE PROTEÇÃO, <b>IP66</b> PARA TODA A LUMINÁRIA.</p> <p>DISSIPADORES DE CALOR DO CONJUNTO, CIRCUITOS E LEDS EM ALUMÍNIO INJETADO;</p> <p>PINTURA ELETROSTÁTICA EM POLIÉSTER A PÓ, COM PROTEÇÃO UV, RESISTENTE A INTEMPÉRIES E CORROSÃO, NA COR CINZA;</p> <p>ALOJAMENTO DO EQUIPAMENTO AUXILIAR (DRIVER, CONEXÕES, PROTETOR DE SURTO) COM ACESSO POR MEIO DE PARAFUSOS OU FECHOS DE PRESSÃO;</p> <p>DEVERÁ APRESENTAR A FIXAÇÃO EM BRAÇOS COM DIÂMETROS DE 33 +/- 1MM A 60,3 +/- 3MM;</p> <p>PARAFUSOS, PORCAS E OUTRAS PARTES DE FIXAÇÃO DEVEM SER EM AÇO INOXIDÁVEL OU MATERIAL EQUIVALENTE.</p> <p>PLACA DO CIRCUITO DOS LEDS DO TIPO MCPCB (METAL CLAD PRINTED CIRCUIT BOARD) DE ALUMÍNIO, MONTADOS POR PROCESSO SMD (SURFACE MOUNTING DEVICES). NÃO SERÃO ACEITOS MÓDULOS COM PCB DE MATERIAL FENOLITE OU FIBRA DE VIDRO. NÃO SERÁ ADMITIDA A TECNOLOGIA COB LED (CHIP ON BOARD);</p> <p>RESISTÊNCIA A IMPACTOS MECÂNICOS. CLASSIFICAÇÃO MÍNIMO IK-08;</p> <p>TEMPERATURA DE OPERAÇÃO: NO MÍNIMO ENTRE TEMPERATURAS DE -5°C E 45°C;</p> <p>A LUMINÁRIA DEVERÁ POSSIBILITAR A INSTALAÇÃO DE RELÉ FOTOCONTROLADOR (ABNT NBR 5123) E POSSUIR TOMADA PADRÃO ANSI C136.41 - 3 CONTATOS;</p> <p>TENSÃO NOMINAL DE ALIMENTAÇÃO: 220V +/- 10% (CORRENTE ALTERNADA);</p> <p>FATOR DE POTÊNCIA: MÍNIMO DE 0,92 (CONSIDERANDO THD);</p> <p>TAXA DE DISTORÇÃO HARMÔNICA DE CORRENTE (THD): = 10;</p> <p>FREQUÊNCIA NOMINAL: 60HZ;</p> <p>EFICIÊNCIA LUMINOSA MÍNIMA: MÍNIMO 150LM/W, CONSIDERANDO FLUXO LUMINOSO ÚTIL DA LUMINÁRIA;</p> <p>ÂNGULO DE ABERTURA DO FACHO LUMINOSO TRANSVERSAL TIPO II, LONGITUDINAL MÉDIA. COM CONTROLE DE DISTRIBUIÇÃO TOTALMENTE LIMITADA (FULL CUT-OFF) OU LIMITADA;</p> <p>DRIVER: INCORPORADO INTERNAMENTE À LUMINÁRIA E NÃO DIMERIZÁVEL;</p> <p>PROTETOR DE SURTOS (DPS): MÍNIMO 10 KA/10KV;</p> <p>ÍNDICE DE REPRODUÇÃO DE COR (IRC): MÍNIMO 70%;</p>					
--	---	--	--	--	--	--





## PREFEITURA MUNICIPAL DE COROADOS

C.N.P.J. nº 46.156.477/0001-61

Rua Prudente de Moraes, nº 64 - Centro - CEP 16.260-000

Fone: (18) 3645-9124 - Fax: (18) 3645-1415

Site: [www.coroados.sp.gov.br](http://www.coroados.sp.gov.br)

		TEMPERATURA DE COR CORRELATA (TCC): 5000 K, ADMITINDO O VALOR MÍNIMO DE 4746 K E O VALOR MÁXIMO DE 5312 K.; VIDA ÚTIL DO CONJUNTO: MÍNIMO 100.000 HORAS; ÍNDICE DE DEPRECIAÇÃO: MÍNIMO L70 (PERDA MÁXIMA DE 30% DO FLUXO LUMINOSO INICIAL APÓS 100.000 HORAS); GARANTIA DO PRODUTO 5 (CINCO) ANOS; <b>DEVERÁ POSSUIR CERTIFICADO DE CONFORMIDADE CONFORME PORTARIA Nº 62, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2022 DO INMETRO E SELO PROCEL;</b>					
2	<b>LUMINÁRIA LED; IP66 - 120W</b>	A LUMINÁRIA DE LED, DEVERÁ SER FORNECIDA, EM CORPO ÚNICO, COMPLETAMENTE MONTADA E CONECTADA, INCLUINDO TODOS COMPONENTES E ACESSÓRIOS; CORPO EM LIGA DE ALUMÍNIO INJETADO A ALTA PRESSÃO; SISTEMA ÓPTICO SECUNDÁRIO EM POLICARBONATO OU ACRÍLICO, O CONJUNTO ÓTICO DEVERÁ SER FECHADO COM REFRATOR EM VIDRO TEMPERADO. NÃO SERÁ ADMITIDA, NO ÂMBITO DESTA ESPECIFICAÇÃO, LUMINÁRIA LED COM LENTE SECUNDÁRIA CONFECCIONADA EM POLÍMERO (POLICARBONATO OU ACRÍLICO) DIRETAMENTE EXPOSTA AO TEMPO SEM A PRESENÇA DE UM REFRATOR. GRAU DE PROTEÇÃO, <b>IP66</b> PARA TODA A LUMINÁRIA. DISSIPADORES DE CALOR DO CONJUNTO, CIRCUITOS E LEDS EM ALUMÍNIO INJETADO; PINTURA ELETROSTÁTICA EM POLIÉSTER A PÓ, COM PROTEÇÃO UV, RESISTENTE A INTEMPÉRIES E CORROSÃO, NA COR CINZA; ALOJAMENTO DO EQUIPAMENTO AUXILIAR (DRIVER, CONEXÕES, PROTETOR DE SURTO) COM ACESSO POR MEIO DE PARAFUSOS OU FECHOS DE PRESSÃO; DEVERÁ APRESENTAR A FIXAÇÃO EM BRAÇOS COM DIÂMETROS DE 33 +/- 1MM A 60,3 +/- 3MM; PARAFUSOS, PORCAS E OUTRAS PARTES DE FIXAÇÃO DEVEM SER EM AÇO INOXIDÁVEL OU MATERIAL EQUIVALENTE. PLACA DO CIRCUITO DOS LEDS DO TIPO MCPCB (METAL CLAD PRINTED CIRCUIT BOARD) DE ALUMÍNIO, MONTADOS POR PROCESSO SMD (SURFACE MOUNTING DEVICES). NÃO SERÃO ACEITOS MÓDULOS COM PCB DE MATERIAL FENOLITE OU FIBRA DE VIDRO. NÃO SERÁ ADMITIDA A TECNOLOGIA COB LED (CHIP ON BOARD); RESISTÊNCIA A IMPACTOS MECÂNICOS. CLASSIFICAÇÃO MÍNIMO IK-08;	<b>UNID A</b>	<b>50</b>			



## PREFEITURA MUNICIPAL DE COROADOS

C.N.P.J. nº 46.156.477/0001-61

Rua Prudente de Moraes, nº 64 - Centro - CEP 16.260-000

Fone: (18) 3645-9124 - Fax: (18) 3645-1415

Site: [www.coroados.sp.gov.br](http://www.coroados.sp.gov.br)

		<p>TEMPERATURA DE OPERAÇÃO: NO MÍNIMO ENTRE TEMPERATURAS DE -5°C E 45°C; A LUMINÁRIA DEVERÁ POSSIBILITAR A INSTALAÇÃO DE RELÉ FOTOCONTROLADOR (ABNT NBR 5123) E POSSUIR TOMADA PADRÃO ANSI C136.41 - 3 CONTATOS; TENSÃO NOMINAL DE ALIMENTAÇÃO: 220V +/- 10% (CORRENTE ALTERNADA); FATOR DE POTÊNCIA: MÍNIMO DE 0,92 (CONSIDERANDO THD); TAXA DE DISTORÇÃO HARMÔNICA DE CORRENTE (THD): = 10; FREQUÊNCIA NOMINAL: 60HZ; EFICIÊNCIA LUMINOSA MÍNIMA: MÍNIMO 150LM/W, CONSIDERANDO FLUXO LUMINOSO ÚTIL DA LUMINÁRIA; ÂNGULO DE ABERTURA DO FACHO LUMINOSO TRANSVERSAL TIPO II, LONGITUDINAL MÉDIA. COM CONTROLE DE DISTRIBUIÇÃO TOTALMENTE LIMITADA (FULL CUT-OFF) OU LIMITADA; DRIVER: INCORPORADO INTERNAMENTE À LUMINÁRIA E NÃO DIMERIZÁVEL; PROTETOR DE SURTOS (DPS): MÍNIMO 10 KA/10KV; ÍNDICE DE REPRODUÇÃO DE COR (IRC): MÍNIMO 70%; TEMPERATURA DE COR CORRELATA (TCC): 5000 K, ADMITINDO O VALOR MÍNIMO DE 4746 K E O VALOR MÁXIMO DE 5312 K.; VIDA ÚTIL DO CONJUNTO: MÍNIMO 100.000 HORAS; ÍNDICE DE DEPRECIAÇÃO: MÍNIMO L70 (PERDA MÁXIMA DE 30% DO FLUXO LUMINOSO INICIAL APÓS 100.000 HORAS); GARANTIA DO PRODUTO 5 (CINCO) ANOS; <b>DEVERÁ POSSUIR CERTIFICADO DE CONFORMIDADE CONFORME PORTARIA Nº 62, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2022 DO INMETRO E SELO PROCEL;</b></p>				
3	<b>LUMINÁRIA LED; IP66 - 50W</b>	<p>A LUMINÁRIA DE LED, DEVERÁ SER FORNECIDA, EM CORPO ÚNICO, COMPLETAMENTE MONTADA E CONECTADA, INCLUINDO TODOS COMPONENTES E ACESSÓRIOS; CORPO EM LIGA DE ALUMÍNIO INJETADO A ALTA PRESSÃO; SISTEMA ÓPTICO SECUNDÁRIO EM POLICARBONATO OU ACRÍLICO, O CONJUNTO ÓTICO DEVERÁ SER FECHADO COM REFRATOR EM VIDRO TEMPERADO. NÃO SERÁ ADMITIDA, NO ÂMBITO DESTA ESPECIFICAÇÃO, LUMINÁRIA LED COM LENTE SECUNDÁRIA CONFECCIONADA EM POLÍMERO (POLICARBONATO OU ACRÍLICO) DIRETAMENTE EXPOSTA AO TEMPO SEM A PRESENÇA DE UM REFRATOR.</p>	<b>UNID A</b>	<b>810</b>		



## PREFEITURA MUNICIPAL DE COROADOS

C.N.P.J. nº 46.156.477/0001-61

Rua Prudente de Moraes, nº 64 - Centro - CEP 16.260-000

Fone: (18) 3645-9124 - Fax: (18) 3645-1415

Site: [www.coroados.sp.gov.br](http://www.coroados.sp.gov.br)

	<p>GRAU DE PROTEÇÃO, <b>IP66</b> PARA TODA A LUMINÁRIA.</p> <p>DISSIPADORES DE CALOR DO CONJUNTO, CIRCUITOS E LEDS EM ALUMÍNIO INJETADO;</p> <p>PINTURA ELETROSTÁTICA EM POLIÉSTER A PÓ, COM PROTEÇÃO UV, RESISTENTE A INTEMPÉRIES E CORROSÃO, NA COR CINZA;</p> <p>ALOJAMENTO DO EQUIPAMENTO AUXILIAR (DRIVER, CONEXÕES, PROTETOR DE SURTO) COM ACESSO POR MEIO DE PARAFUSOS OU FECHOS DE PRESSÃO;</p> <p>DEVERÁ APRESENTAR A FIXAÇÃO EM BRAÇOS COM DIÂMETROS DE 33 +/- 1MM A 60,3 +/- 3MM;</p> <p>PARAFUSOS, PORCAS E OUTRAS PARTES DE FIXAÇÃO DEVEM SER EM AÇO INOXIDÁVEL OU MATERIAL EQUIVALENTE.</p> <p>PLACA DO CIRCUITO DOS LEDS DO TIPO MCPCB (METAL CLAD PRINTED CIRCUIT BOARD) DE ALUMÍNIO, MONTADOS POR PROCESSO SMD (SURFACE MOUNTING DEVICES). NÃO SERÃO ACEITOS MÓDULOS COM PCB DE MATERIAL FENOLITE OU FIBRA DE VIDRO. NÃO SERÁ ADMITIDA A TECNOLOGIA COB LED (CHIP ON BOARD);</p> <p>RESISTÊNCIA A IMPACTOS MECÂNICOS. CLASSIFICAÇÃO MÍNIMO IK-08;</p> <p>TEMPERATURA DE OPERAÇÃO: NO MÍNIMO ENTRE TEMPERATURAS DE -5°C E 45°C;</p> <p>A LUMINÁRIA DEVERÁ POSSIBILITAR A INSTALAÇÃO DE RELÉ FOTOCONTROLADOR (ABNT NBR 5123) E POSSUIR TOMADA PADRÃO ANSI C136.41 - 3 CONTATOS;</p> <p>TENSÃO NOMINAL DE ALIMENTAÇÃO: 220V +/- 10% (CORRENTE ALTERNADA);</p> <p>FATOR DE POTÊNCIA: MÍNIMO DE 0,92 (CONSIDERANDO THD);</p> <p>TAXA DE DISTORÇÃO HARMÔNICA DE CORRENTE (THD): = 10;</p> <p>FREQUÊNCIA NOMINAL: 60HZ;</p> <p>EFICIÊNCIA LUMINOSA MÍNIMA: MÍNIMO 150LM/W, CONSIDERANDO FLUXO LUMINOSO ÚTIL DA LUMINÁRIA;</p> <p>ÂNGULO DE ABERTURA DO FACHO LUMINOSO TRANSVERSAL TIPO II, LONGITUDINAL MÉDIA. COM CONTROLE DE DISTRIBUIÇÃO TOTALMENTE LIMITADA (FULL CUT-OFF) OU LIMITADA;</p> <p>DRIVER: INCORPORADO INTERNAMENTE À LUMINÁRIA E NÃO DIMERIZÁVEL;</p> <p>PROTETOR DE SURTOS (DPS): MÍNIMO 10 KA/10KV;</p> <p>ÍNDICE DE REPRODUÇÃO DE COR (IRC): MÍNIMO 70%;</p> <p>TEMPERATURA DE COR CORRELATA (TCC): 5000 K, ADMITINDO O VALOR MÍNIMO DE 4746 K E O VALOR MÁXIMO DE 5312 K.;</p>				
--	---	--	--	--	--



## PREFEITURA MUNICIPAL DE COROADOS

C.N.P.J. nº 46.156.477/0001-61

Rua Prudente de Moraes, nº 64 - Centro - CEP 16.260-000

Fone: (18) 3645-9124 - Fax: (18) 3645-1415

Site: [www.coroados.sp.gov.br](http://www.coroados.sp.gov.br)

		VIDA ÚTIL DO CONJUNTO: MÍNIMO 100.000 HORAS; ÍNDICE DE DEPRECIAÇÃO: MÍNIMO L70 (PERDA MÁXIMA DE 30% DO FLUXO LUMINOSO INICIAL APÓS 100.000 HORAS); GARANTIA DO PRODUTO 5 (CINCO) ANOS; <b>DEVERÁ POSSUIR CERTIFICADO DE CONFORMIDADE CONFORME PORTARIA Nº 62, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2022 DO INMETRO E SELO PROCEL;</b>					
4	<b>LUMINÁRIA LED; IP66 - 70W</b>	A LUMINÁRIA DE LED, DEVERÁ SER FORNECIDA, EM CORPO ÚNICO, COMPLETAMENTE MONTADA E CONECTADA, INCLUINDO TODOS COMPONENTES E ACESSÓRIOS; CORPO EM LIGA DE ALUMÍNIO INJETADO A ALTA PRESSÃO; SISTEMA ÓPTICO SECUNDÁRIO EM POLICARBONATO OU ACRÍLICO, O CONJUNTO ÓTICO DEVERÁ SER FECHADO COM REFRATOR EM VIDRO TEMPERADO. NÃO SERÁ ADMITIDA, NO ÂMBITO DESTA ESPECIFICAÇÃO, LUMINÁRIA LED COM LENTE SECUNDÁRIA CONFECCIONADA EM POLÍMERO (POLICARBONATO OU ACRÍLICO) DIRETAMENTE EXPOSTA AO TEMPO SEM A PRESENÇA DE UM REFRATOR. GRAU DE PROTEÇÃO, <b>IP66</b> PARA TODA A LUMINÁRIA. DISSIPADORES DE CALOR DO CONJUNTO, CIRCUITOS E LEDS EM ALUMÍNIO INJETADO; PINTURA ELETROSTÁTICA EM POLIÉSTER A PÓ, COM PROTEÇÃO UV, RESISTENTE A INTEMPÉRIES E CORROSÃO, NA COR CINZA; ALOJAMENTO DO EQUIPAMENTO AUXILIAR (DRIVER, CONEXÕES, PROTETOR DE SURTO) COM ACESSO POR MEIO DE PARAFUSOS OU FECHOS DE PRESSÃO; DEVERÁ APRESENTAR A FIXAÇÃO EM BRAÇOS COM DIÂMETROS DE 33 +/- 1MM A 60,3 +/- 3MM; PARAFUSOS, PORCAS E OUTRAS PARTES DE FIXAÇÃO DEVEM SER EM AÇO INOXIDÁVEL OU MATERIAL EQUIVALENTE. PLACA DO CIRCUITO DOS LEDS DO TIPO MCPCB (METAL CLAD PRINTED CIRCUIT BOARD) DE ALUMÍNIO, MONTADOS POR PROCESSO SMD (SURFACE MOUNTING DEVICES). NÃO SERÃO ACEITOS MÓDULOS COM PCB DE MATERIAL FENOLITE OU FIBRA DE VIDRO. NÃO SERÁ ADMITIDA A TECNOLOGIA COB LED (CHIP ON BOARD); RESISTÊNCIA A IMPACTOS MECÂNICOS. CLASSIFICAÇÃO MÍNIMO IK-08; TEMPERATURA DE OPERAÇÃO: NO MÍNIMO ENTRE TEMPERATURAS DE -5°C E 45°C; A LUMINÁRIA DEVERÁ POSSIBILITAR A INSTALAÇÃO DE RELÉ FOTOCONTROLADOR	<b>UNID A</b>	<b>60</b>			



## PREFEITURA MUNICIPAL DE COROADOS

C.N.P.J. nº 46.156.477/0001-61

Rua Prudente de Moraes, nº 64 - Centro - CEP 16.260-000

Fone: (18) 3645-9124 - Fax: (18) 3645-1415

Site: [www.coroados.sp.gov.br](http://www.coroados.sp.gov.br)

		(ABNT NBR 5123) E POSSUIR TOMADA PADRÃO ANSI C136.41 - 3 CONTATOS; TENSÃO NOMINAL DE ALIMENTAÇÃO: 220V +/- 10% (CORRENTE ALTERNADA); FATOR DE POTÊNCIA: MÍNIMO DE 0,92 (CONSIDERANDO THD); TAXA DE DISTORÇÃO HARMÔNICA DE CORRENTE (THD): = 10; FREQUÊNCIA NOMINAL: 60HZ; EFICIÊNCIA LUMINOSA MÍNIMA: MÍNIMO 150LM/W, CONSIDERANDO FLUXO LUMINOSO ÚTIL DA LUMINÁRIA; ÂNGULO DE ABERTURA DO FACHO LUMINOSO TRANSVERSAL TIPO II, LONGITUDINAL MÉDIA. COM CONTROLE DE DISTRIBUIÇÃO TOTALMENTE LIMITADA (FULL CUT-OFF) OU LIMITADA; DRIVER: INCORPORADO INTERNAMENTE À LUMINÁRIA E NÃO DIMERIZÁVEL; PROTETOR DE SURTOS (DPS): MÍNIMO 10 KA/10KV; ÍNDICE DE REPRODUÇÃO DE COR (IRC): MÍNIMO 70%; TEMPERATURA DE COR CORRELATA (TCC): 5000 K, ADMITINDO O VALOR MÍNIMO DE 4746 K E O VALOR MÁXIMO DE 5312 K.; VIDA ÚTIL DO CONJUNTO: MÍNIMO 100.000 HORAS; ÍNDICE DE DEPRECIAÇÃO: MÍNIMO L70 (PERDA MÁXIMA DE 30% DO FLUXO LUMINOSO INICIAL APÓS 100.000 HORAS); GARANTIA DO PRODUTO 5 (CINCO) ANOS; <b>DEVERÁ POSSUIR CERTIFICADO DE CONFORMIDADE CONFORME PORTARIA Nº 62, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2022 DO INMETRO E SELO PROCEL;</b>				
5	<b>RELÉ FOTOCONTROLADOR</b>	RELÉ FOTOCONTROLADOR ELETRÔNICO TIPO T2 MULTITENSÃO QUE LIGA DE NOITE (LN), AZIMUTAL, INTERCAMBIÁVEL, TAMPA EM POLICARBONATO ESTABILIZADO COM PROTEÇÃO ULTRAVIOLETA, RESISTENTE A INTEMPÉRIES, CHOQUES TÉRMICOS E MECÂNICOS; <b>GRAU DE PROTEÇÃO IP 66;</b> TENSÃO DE FUNCIONAMENTO FAIXA ENTRE 110 E 280 VAC; FREQUÊNCIA 60HZ; COMPATÍVEL COM O ACIONAMENTO DE CARGAS DE POTÊNCIA DE 1800 VA; LIMITE DE FUNCIONAMENTO: - 5°C A +50°C; CONTATOS DE ENCAIXE EM LATÃO; RELAÇÃO LIGA-DESLIGA NORMAL (RN); FAIXA DE OPERAÇÃO 5 A 15 LUX PARA LIGAR E NO MÁXIMO 30 LUX PARA DESLIGAR; SENSOR FOTOTRANSISTOR; VARISTOR CONTRA SURTO DE TENSÃO;	<b>UNID A</b>	<b>1050</b>		





## PREFEITURA MUNICIPAL DE COROADOS

C.N.P.J. nº 46.156.477/0001-61  
Rua Prudente de Moraes, nº 64 - Centro - CEP 16.260-000  
Fone: (18) 3645-9124 - Fax: (18) 3645-1415  
Site: [www.coroados.sp.gov.br](http://www.coroados.sp.gov.br)

	SISTEMA DE RETARDO RÁPIDO DE OPERAÇÃO (AR), COMPREENDENDO TEMPO DE RETARDO ENTRE 3 E 5 SEGUNDOS, QUE NÃO PERMITA LIGAR/DESLIGAR A CARGA DEVIDO AS VARIAÇÕES BRUSCAS DE LUMINOSIDADE; CONTATOS COM FECHAMENTO PRÓXIMO AO NÍVEL ZERO DE TENSÃO (ZERO CROSSING), DURABILIDADE IGUAL OU SUPERIOR A 15.000 CICLOS DE OPERAÇÃO; MODO DE FALHA DESLIGADO (FD): EM CASO DE FALHA DO RELÉ, A CARGA PERMANECE DESLIGADA ATENDER A NBR 5123; GARANTIA MÍNIMA DE 2 ANOS;					
VALOR TOTAL:						

**OBSERVAÇÃO: É OBRIGATÓRIO O PREENCHIMENTO DO CAMPO “MARCA” DE CADA ITEM, SOB PENA DE DESCLASSIFICAÇÃO DA PROPOSTA CASO A NÃO APRESENTAÇÃO.**

**OBRIGATÓRIO O VALOR TOTAL DA PROPOSTA POIS A LICITAÇÃO É VALOR GLOBAL.**

As especificações acima, devem ser comprovadas através de documentação de especificações técnicas (“Datasheet”) oficiais do equipamento em português, certificações de ensaios de laboratório de testes ou através de **declaração do fabricante**. Devendo ser apresentado juntamente com o envelope **“PROPOSTA”**.

### MODELO ILUSTRATIVO SUGERIDO PARA AS LUMINÁRIAS:

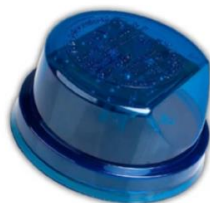


### MODELO ILUSTRATIVO SUGERIDO PARA O RELÉ:



# PREFEITURA MUNICIPAL DE COROADOS

C.N.P.J. nº 46.156.477/0001-61  
Rua Prudente de Moraes, nº 64 - Centro - CEP 16.260-000  
Fone: (18) 3645-9124 - Fax: (18) 3645-1415  
Site: [www.coroados.sp.gov.br](http://www.coroados.sp.gov.br)



## 6 - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

6.1 - A qualidade do(s) produto(s) oferecido(s) será(ão) garantido(s) pelo Licitante vencedor atendendo as exigências de qualidade e, deverá(ão) obedecer os padrões e normas baixadas pelos órgãos competentes de controle industrial, ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas, INMETRO - Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia, ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica, ANVISA - Agência Nacional de Vigilância Sanitária atentando-se principalmente, para as prescrições contidas no inciso VIII do artigo 39 da Lei nº 8.078 de 1990, no que couber, e em conformidade com as edições mais recentes.

### 6.2 - NO CONTROLE QUALITATIVO DEVE TER-SE EM CONSIDERAÇÃO OS SEGUINTE ASPECTOS, QUE PODEM LEVAR A REJEIÇÃO DO(S) PRODUTO(S):

6.2.1 - Quantidade(s) e produto(s) em desacordo com a(s) solicitação(ões) enviada(s) pelo Responsável e/ou pedido(s) enviado(s) pela Secretaria Municipal.

6.2.2 - Não será(ão) recebido(s) produto(s) que apresentar(em) na(s) embalagem(ns) sinais de violação, aderência, umidade, estiver(em) conspurcada(s), danificada(s), sujas e aberta(s) ou inadequação em relação ao conteúdo. O(s) produto(s) deverá(ão) ser entregue(s) em perfeita(s) condição(ões) de uso.

6.2.3 - Produto(s) cujo prazo de validade esteja(m) imperceptível(is) ou inexistente(s) ou mesmo em situação(ões) em que o rótulo não exista e ou rotulagem pouco legível e incompleta. Prazo de validade curto ou já ultrapassado, prazos de validade que tenham expirado, ou que, estejam demasiado próximo da data de validade limite e cuja utilização do produto não vá ocorrer antes dessa mesma data limite.

6.2.4 - Caso algum(ns) produto(s) recebido(s) apresente(m) um ou mais dos aspectos anteriormente descrito(s), ou em caso de dúvida, deve ser imediatamente rejeitado. O(A) responsável pela decisão deve especificar por escrito a não conformidade que motivou a rejeição, na ficha do(s) produto(s) recebido(s). A ocorrência deverá também ficar descrita num eventual registro de devolução que acompanhará o(s) produto(s) quando devolvido(s) ao fornecedor.

6.2.5 - Caso o(s) produto(s) não corresponda(m) às especificações constantes do Pedido de compras ou que estejam danificados pelo manuseio e estocagem, os mesmos deverão ser retirados no Setor solicitante e substituídos pela LICITANTE VENCEDORA no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contados do recebimento da notificação, sob pena de aplicação das medidas coercitivas previstas.

6.2.6 - O(A) responsável pela decisão deve especificar por escrito a não conformidade que motivou a rejeição, na ficha do(s) produto(s) recebido(s).

### 6.3 - CÓDIGO DE BOAS PRÁTICAS NA ENTREGA DO(S) PRODUTO(S):

#### EMBALAGEM(NS)

6.3.1 - Os produtos deverão ser novos e acondicionados em embalagens originais, lacradas e apropriadas para armazenamento, em perfeito estado, sem sinais de violação, sem inadequação de conteúdo, com a sua identificação, fazendo constar sua descrição e incluindo, quando cabíveis: marca, fabricante, garantia, validade, peso ou volume, composição e outras especificações, de acordo com suas características.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE COROADOS

C.N.P.J. nº 46.156.477/0001-61  
Rua Prudente de Moraes, nº 64 - Centro - CEP 16.260-000  
Fone: (18) 3645-9124 - Fax: (18) 3645-1415  
Site: [www.coroados.sp.gov.br](http://www.coroados.sp.gov.br)

6.3.2 - Os produtos deverão ser entregues em embalagem original em perfeito estado, de acordo com cada produto. Não será(ão) recebido(s) produto(s) que apresentar(em) na(s) embalagem(ns) sinais de violação, aderência, umidade, estiver(em) conspurcada(s), danificada(s), sujas e aberta(s) ou inadequação em relação ao conteúdo. O(s) produto(s) deverá(ão) ser entregue(s) em perfeita(s) condição(ões) de conservação para uso e consumo na Secretaria Municipal.

6.4.3 - Em atendimento ao disposto no artigo 31 da Lei nº 8.078 de 1990, a apresentação do produto deverá assegurar informações claras, precisas, ostensivas em língua portuguesa, sobre características, marca, modelo, procedência, qualidade, quantidade, composição, preço, prazo de validade, origem e outros, devendo obedecer às regulamentações de órgãos normatizadores e fiscalizadores, tais como: ANVISA, INMETRO, ANEEL e ABNT.

## 6.5 – CATÁLOGO TÉCNICO (DATA SHEET)

As especificações constantes, devem ser comprovadas através de documentação de especificações técnicas (“Datasheet”) oficiais do equipamento em português, certificações de ensaios de laboratório de testes ou através de **declaração do fabricante**. Devendo ser apresentado juntamente com o envelope **“PROPOSTA”**.

### QUANDO EXIGIDO PELO FISCAL:

#### **CARTA DE SOLIDARIEDADE**

6.5.1 - Em caso de fornecedor revendedor ou distribuidor, será exigida carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato.

## 6.6 - CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

6.6.1 - O fornecedor é o único responsável pela entrega e conservação do(s) produto(s) objeto desta Licitação conforme Lei nº 8.078 de 1990.

6.6.2 - Responder, nos termos do artigo 18 e seguintes da Lei nº 8.078 de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, pelos vícios de qualidade e/ou quantidade do(s) produto(s) adquirido(s), que o(s) torne(m) impróprio(s) ou inadequado(s) ao consumo a que se destina(m) ou lhe(s) diminua(m) o valor, sem prejuízos das demais disposições do da Lei nº 8.078 de 1990.

6.6.3 - Art. 18 - Os fornecedores de produtos de consumo duráveis ou não duráveis respondem solidariamente pelos vícios de qualidade ou quantidade que os tornem impróprios ou inadequados ao consumo a que se destinam ou lhes diminuam o valor, assim como por aqueles decorrentes da disparidade, com a indicações constantes do recipiente, da embalagem, rotulagem ou mensagem publicitária, respeitadas as variações decorrentes de sua natureza, podendo o consumidor exigir a substituição das partes viciadas.

6.6.4 - § 6º São impróprios ao uso e consumo:

6.6.4.1 - Os produtos cujos prazos de validade estejam vencidos;

6.6.4.2 - Os produtos deteriorados, alterados, adulterados, avariados, falsificados, corrompidos, fraudados, nocivos à vida ou à saúde, perigosos ou, ainda, aqueles em desacordo com as normas regulamentares de fabricação, distribuição ou apresentação;

6.6.4.3 - Os produtos que, por qualquer motivo, se revelem inadequados ao fim a que se destinam.

6.6.5 - Responder, pelos crimes de acordo com o inciso II, artigo 7º da Lei nº 8.137 de 1990 de proteção ao consumidor, pelos vícios na entrega de produto(s) vencido(s) ou em condição(ões) imprópria(s) para o consumo.

## 7 - CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO



# PREFEITURA MUNICIPAL DE COROADOS

C.N.P.J. nº 46.156.477/0001-61  
Rua Prudente de Moraes, nº 64 - Centro - CEP 16.260-000  
Fone: (18) 3645-9124 - Fax: (18) 3645-1415  
Site: [www.coroados.sp.gov.br](http://www.coroados.sp.gov.br)

7.1 - Poderão participar desta Licitação todos os interessados que atendam as seguintes condições:

7.1.1 - Preencham os requisitos legais para o exercício da atividade objeto do presente certame.

7.1.2 - Apresentem a declaração de regularidade fiscal e habilitação jurídica, podendo se utilizar do modelo do Edital.

7.2 - Poderão participar deste processo, cooperativas que deverão apresentar:

7.2.1 - Finalidade compatível com o objeto licitado.

7.2.2 - Apresentar relação de todos os técnicos prepostos e demais, comprovando estar devidamente inscrito no ato constitutivo correspondente, sob pena de inabilitação.

7.3 - Não será permitida a participação de empresas em consórcio.

7.4 - O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de contratação através da Lei Federal nº 14.133/2021, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO GLOBAL**, observando a modalidade pertinente, conforme estimativa de valor a ser apurada após balizamento.

## **MICRO EMPRESA(S) OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE**

7.5 - Para usufruir dos benefícios estabelecidos na Lei complementar nº 123/06 LC 147/14, a licitante que se enquadrar como microempresa ou empresa de pequeno porte, deverá declarar-se como tal, devendo apresentar certidão que ateste o enquadramento, expedida pela Junta Comercial ou, alternativamente, documento gerado pela Receita Federal, por intermédio de consulta realizada no sítio.

[www.receita.fazenda.gov.br/simplesnacional](http://www.receita.fazenda.gov.br/simplesnacional)

7.6 - O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de contratação através da Lei Federal nº 14.133/2021, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO GLOBAL**, observando a modalidade pertinente, conforme estimativa de valor a ser apurada após balizamento

## **8 - PARA FINS DE HABILITAÇÃO, DEVERÁ O LICITANTE COMPROVAR OS SEGUINTE REQUISITOS**

### **8.1 - DA HABILITAÇÃO JURÍDICA**

8.1.1 - Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional.

8.1.2 - Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

8.1.3 - Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>.

8.1.4 - Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal - SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

8.1.5 - Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de Março de 2020.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE COROADOS

C.N.P.J. nº 46.156.477/0001-61

Rua Prudente de Moraes, nº 64 - Centro - CEP 16.260-000

Fone: (18) 3645-9124 - Fax: (18) 3645-1415

Site: [www.coroados.sp.gov.br](http://www.coroados.sp.gov.br)

8.1.6 - Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

8.1.7 - Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

8.1.8 - Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.1.9 - O Ato Constitutivo da licitante deverá contemplar, dentre os objetivos sociais, a atividade comercial compatível com o ramo de atividade pertinente ao objeto do edital, a que propõe.

8.1.10 - Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

## 8.2 - HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

8.2.1 - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ, Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso.

[http://servicos.receita.fazenda.gov.br/Servicos/cnpjreva/cnpjreva\\_solicitacao.asp](http://servicos.receita.fazenda.gov.br/Servicos/cnpjreva/cnpjreva_solicitacao.asp)

8.2.2 - Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

<http://servicos.receita.fazenda.gov.br/Servicos/certidao/CndConjuntaInter/InformaNICertidao.asp?Tipo=1>

8.2.3 - Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), através do Certificado de Regularidade do FGTS - CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal.

<https://consulta-crf.caixa.gov.br/consultacrf/pages/consultaEmpregador.jsf>

8.2.4 - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas ou Positiva de Débitos Trabalhistas com Efeitos de Negativa, em cumprimento à Lei nº 12.440/2011 e à Resolução Administrativa TST nº 1.470/2011

<http://www.tst.jus.br/certidao/>

8.2.5 - Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

8.2.6 - Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.

8.2.7 - Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.2.8 - O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

## 8.3 - QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA





# PREFEITURA MUNICIPAL DE COROADOS

C.N.P.J. nº 46.156.477/0001-61

Rua Prudente de Moraes, nº 64 - Centro - CEP 16.260-000

Fone: (18) 3645-9124 - Fax: (18) 3645-1415

Site: [www.coroados.sp.gov.br](http://www.coroados.sp.gov.br)

8.3.1 - Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea "c", da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples.

8.3.2 - Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II).

8.3.3 - No caso de empresa licitante que esteja em recuperação judicial, apresentar nos termos da Lei, cópia do Plano de Recuperação já homologado pelo juízo competente e em pleno vigor, nos termos da Sumula 50 do TCE/SP.

8.3.4 - Será permitida participação de Empresa que estejam em recuperação judicial, conforme sumula 50 TCE-SP, desde que a empresa apresente plano de recuperação já homologado pelo Juízo competente e em pleno vigor, apto a comprovar sua viabilidade econômico-financeira, sem prejuízo do atendimento a todos os requisitos de habilitação econômico-financeira estabelecidos neste edital.

## 8.4 - QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

8.4.1 - Apresentar atestado(s) de capacidade técnica ou certidões, comprovando a aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.4.2 - Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

8.4.3 - Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.4.4 - O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

8.5 - Quando da apresentação da documentação se a licitante for a Matriz, todos os documentos deverão ser apresentados em nome e com CNPJ da Matriz

8.5.1 - Se a licitante for a filial, todos os documentos deverão ser apresentados em nome e com o CNPJ da filial e, dentre estes, os documentos dos itens 8.2.2 e 8.2.3 que em razão da centralização e certidão conjunta, deverão ser apresentados em nome e com CNPJ da matriz que abrangerá todas as suas filiais.

8.5.2 - Se a licitante for a matriz e a fornecedora do objeto a filial, os documentos deverão ser apresentados em nome e com CNPJ da matriz e da filial, simultaneamente, salvo os documentos dos itens 8.2.2, 8.2.3, 8.2.4 e 8.3.1 que em razão da centralização e certidão conjunta deverão ser apresentados em nome e com CNPJ da matriz que abrangerá todas as suas filiais.

8.6 - As certidões apresentadas com a validade expirada acarretarão a inabilitação do proponente, salvo o disposto na Lei Complementar n.º 123/2006. As Certidões que não possuírem prazo de validade, somente serão aceitas com data de emissão não superior a 60 (sessenta) dias consecutivos de antecedência da data prevista para apresentação das propostas.

8.6.1 - A licitante que deixar de entregar documentos ou apresentar documentação falsa exigidas para o certame ficará sujeita a penalidade de impedimento de contratação e de licitar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e de descredenciamento no cadastro de fornecedores deste Município pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital, contrato e das demais cominações, segundo dispositivo do item 17 deste instrumento

## 9 - ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO



# PREFEITURA MUNICIPAL DE COROADOS

C.N.P.J. nº 46.156.477/0001-61  
Rua Prudente de Moraes, nº 64 - Centro - CEP 16.260-000  
Fone: (18) 3645-9124 - Fax: (18) 3645-1415  
Site: [www.coroados.sp.gov.br](http://www.coroados.sp.gov.br)

9.1 - Os balizamentos dos preços deverão ser conforme regra o artigo 23, da Lei Federal nº 14.133/2021, como o valor contratado pela própria administração, por demais órgãos públicos ou mediante cotação de preço em empresas do ramo, observando neste caso também a similaridade.

9.2 - O custo estimado da contratação possui caráter sigiloso e será tornado público apenas e imediatamente após o recebimento e julgamento das propostas.

9.3 - Em caso de licitação para Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações (art. 25 do Decreto nº 11.462/2023):

9.3.1 - em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.3.2 - em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados.

9.3.3 - serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação ou.

9.3.4 - poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

## 9.4 - EXEQUIBILIDADE

9.4.1 - A Administração Pública Municipal poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada.

9.4.2 - Serão consideradas inexecutáveis as propostas cujos valores forem inferiores a: I BENS E SERVIÇOS QUE NÃO SÃO DE ENGENHARIA: 30% do valor máximo definido pela Administração Pública Municipal

9.4.2.1 - Para as propostas consideradas inexecutáveis, conforme porcentagem estipulada no item 9.3.2, também poderá ser realizada as diligências.

## 10 - FRAUDE E CORRUPÇÃO

10.1 - Os licitantes, fornecedores, e seus agentes (sejam eles declarados ou não), subcontratados, subconsultores, prestadores de serviços e fornecedores, além de todo funcionário a eles vinculados, que mantenham os mais elevados padrões de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual. Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

10.1.1 - "prática corrupta": oferecer, entregar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer coisa de valor com a intenção de influenciar de modo indevido a ação de terceiros.

10.1.2 - "prática fraudulenta": qualquer ato, falsificação ou omissão de fatos que, de forma intencional ou irresponsável induza ou tente induzir uma parte a erro, com objetivo de obter benefício financeiro ou de qualquer outra ordem, ou com a intenção de evitar o cumprimento de uma obrigação.

10.1.3 - "prática colusiva": uma combinação entre duas ou mais partes visando alcançar um objetivo indevido, inclusive influenciar indevidamente as ações de outra parte

10.1.4 - "prática coercitiva": prejudicar ou causar dano, ou ameaçar, prejudicar ou causar dano, direta ou indiretamente, a qualquer parte interessada ou à sua propriedade, para influenciar indevidamente as ações de uma parte.

10.1.5 - "prática obstrutiva":



# PREFEITURA MUNICIPAL DE COROADOS

C.N.P.J. nº 46.156.477/0001-61  
Rua Prudente de Moraes, nº 64 - Centro - CEP 16.260-000  
Fone: (18) 3645-9124 - Fax: (18) 3645-1415  
Site: [www.coroados.sp.gov.br](http://www.coroados.sp.gov.br)

10.1.5.1- deliberadamente destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em investigações ou fazer declarações falsas a investigadores, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática corrupta, fraudulenta, coercitiva ou colusiva; e/ou ameaçar, perseguir ou intimidar qualquer parte interessada, para impedi-la de mostrar seu conhecimento sobre assuntos relevantes à investigação ou ao seu prosseguimento, ou

10.1.5.2- atos que tenham como objetivo impedir materialmente o exercício dos direitos do Município de Coroados de promover inspeção ou auditoria.

10.1.6 - Rejeitará uma proposta de outorga se determinar que o licitante recomendado para a outorga do contrato, ou qualquer do seu pessoal, ou seus agentes, subconsultores, subempreiteiros, prestadores de serviço, fornecedores e/ou funcionários, envolveu-se, direta ou indiretamente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao concorrer para o contrato em questão.

10.1.7 - Os licitantes, fornecedores e empreiteiros, assim como seus subempreiteiros, agentes, pessoal, consultores, prestadores de serviço e fornecedores, deverão permitir que o Município de COROADOS/SP inspecione todas as contas e registros, além de outros documentos referentes à apresentação das propostas e à execução do contrato, e os submeta a auditoria por profissionais designados pelo Município de COROADOS/SP.

## 11 – DA(S) EXIGÊNCIA DE AMOSTRA(S)

11.1 - Havendo o aceite da proposta quanto ao valor, o interessado classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá apresentar amostra **DOS ITENS NO MESMO DIA DE ABERTURA DO CERTAME, APÓS FASE DE LANCES ou no prazo de até 3 (três) dias úteis e serão analisadas quanto à conformidade da proposta apresentada e as especificações técnicas mínimas exigidas neste Termo de Referência.**

11.2. - Qualidade operacional: será analisada a embalagem do produto. A mesma deverá apresentar rótulo discriminado a origem, composição do produto, fabricante, prazo de validade, informações e precauções referentes ao uso.

11.2.1 - Análise Técnico-Física: características referentes à cor, aparência, rendimento, eficiência e textura que devem ser próprias ao produto solicitado, ou seja, será realizada a verificação através da utilização do produto, considerando a rentabilidade adequada.

11.3 - Serão avaliados os aspectos e padrões mínimos de aceitabilidade descritos no objeto deste TERMO DE REFERÊNCIA - TR.

11.4 - Os pareceres emitidos pela Comissão de Análise de Amostras serão considerados suficientes para desclassificar os produtos, a Comissão de Análise emitirá relatório fundamentado, contendo os motivos que levaram a não aceitação do (s) produto(s), conforme os quesitos predefinidos em edital, que declarará o resultado da seguinte forma:

11.4.1 - Aprovada

11.4.2 - Reprovada

11.4.3 - Sem Amostra

11.5 - Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), será analisada a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que **atenda às especificações constantes neste Termo de Referência.**

11.6 - Além das amostras solicitadas neste TERMO DE REFERÊNCIA - TR, amostras de outros itens poderão ser solicitadas a qualquer momento, durante o certame, e no número que se fizer necessário para uma correta análise técnica da proposta, a serem apresentadas também no prazo máximo de 24 horas (dia útil).

11.7 - Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE COROADOS

C.N.P.J. nº 46.156.477/0001-61  
Rua Prudente de Moraes, nº 64 - Centro - CEP 16.260-000  
Fone: (18) 3645-9124 - Fax: (18) 3645-1415  
Site: [www.coroados.sp.gov.br](http://www.coroados.sp.gov.br)

## **11.8 - AS AMOSTRAS PORVENTURA APRESENTADAS SERÃO RETIDAS E ENVIADAS PARA A EQUIPE TÉCNICA PARA APROVAÇÃO OU REPROVAÇÃO DO ITEM.**

11.8.1 - Os itens retidos serão descontados no primeiro Pedido realizado pelo Departamento solicitante.

11.9 - Os interessados deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

## **12 - CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO**

### **12.1 - FORMA E PRAZO DE ENTREGA**

12.1.1 - O fornecimento do objeto será de forma **TOTAL**, após a solicitação do fiscal do Contrato ou da Secretaria, no prazo de **ATÉ 30 (TRINTA) DIAS ÚTEIS** contados a partir da emissão do Pedido feito diretamente no email da CONTRATADA.

12.1.2 - O prazo previsto no item acima admite prorrogação, desde que **plenamente justificado**, atendendo aos interesses e conveniência da administração.

12.1.3 - O Pedido de fornecimento deverá conter a identificação da unidade requisitante, indicação expressa do número do Licitação, modalidade, identificação da Contratada, as especificações do objeto, quantidade, data, horário e endereço de entrega.

12.1.4 - O Pedido de fornecimento será expedida por qualquer meio de comunicação que possibilite a comprovação do respectivo recebimento por parte da Contratada via email (correio eletrônico).

### **MECANISMOS DE COMUNICAÇÃO A SEREM ESTABELECIDOS**

12.2 - A contratada disponibilizará:

12.2.1 - número de telefone fixo e celular(es) válido(s).

### **MÍNIMO DOIS (2) EMAILS VÁLIDOS**

12.2.2 - mínimo dois (2) e-mails válidos para comunicação entre as partes.

12.3 - O(s) pedido(s) de compra(s) será(ão) enviado(s) para os emails disponibilizados.

### **12.2 - LOCAL DE ENTREGA**

12.2.1 - Os produtos deverão ser entregues em data previamente agendada no

**ALMOXARIFADO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE COROADOS**  
**LOCALIZADA NA RUA JOÃO VARONI, 14, CENTRO, CEP: 16260-000, COROADOS/SP**

12.2.2 - Através de agendamento diretamente com o:

**12.2.2.1 - SETOR DE OBRAS (18) 3645.9124, RAMAL 9191, COM SR RAMON - TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES**

**12.2.2.2 - ALMOXARIFADO (18) 3645.9124, RAMAL 9173, COM SR MAURO - ALMOXARIFE**

12.3 - A Contratante se reserva o direito de rejeitar os materiais que estiverem em desacordo com o previsto neste instrumento convocatório, podendo aplicar as sanções cabíveis, nos termos da legislação vigente.

12.4 - Além da entrega no local designado, deverá a licitante vencedora também descarregar e armazenar os materiais em local indicado por servidor, comprometendo-se, ainda, integralmente, com eventuais danos causados a estes.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE COROADOS

C.N.P.J. nº 46.156.477/0001-61

Rua Prudente de Moraes, nº 64 - Centro - CEP 16.260-000

Fone: (18) 3645-9124 - Fax: (18) 3645-1415

Site: [www.coroados.sp.gov.br](http://www.coroados.sp.gov.br)

12.5 - O não cumprimento do prazo de entrega ocasionará notificação da contratada, incidindo as penalidades previstas no Edital.

## 12.6 - HORÁRIO(S) PARA ENTREGA

12.6.1 - O fornecimento e instalação do(s) produto(s) deverá(ão) ser realizado(s) de segunda à sexta-feira, pontualmente no(s) período(s):

**12.6.1.1 - MANHÃ: DE 08H00 (OITO) HORAS ATÉ ÀS 11H00 (ONZE) HORAS**

**12.6.1.2 - TARDE: DE 13H00 (TREZE) HORAS ATÉ ÀS 17H00 (DEZESSETE) HORAS**

12.7 - As entregas não deverão ultrapassar o dia e horário informados nas programações, incidindo em cancelamento automático se não cumpridos, sujeitando à empresa fornecedora as penalidades cabíveis.

## 13 - CONDIÇÕES PARA RECEBIMENTO

13.1 - Os itens serão recebidos pela fiscal do contrato, a qual fará a verificação da conformidade com as especificações e quantidades estipuladas no Edital de Licitação e seus anexos, que adotará os seguintes procedimentos:

13.2 - O recebimento se dará em observância com as alíneas a "e" b, artigo 140 da Lei 14.133/2021, e ainda:

**13.2.1 - PROVISORIAMENTE**, para efeito de posterior verificação da conformidade dos produtos com a especificação, bem como se a Nota Fiscal (NF) encontra lavrada sem incorreções. Neste caso, a Contratante terá o prazo máximo de até 2 (dois) dias úteis contados da data de recebimento, para verificar se os produtos fornecidos e a NF estão em consonância com o Edital e com seus anexos. Caso seja verificada alguma divergência no momento da entrega os mesmos serão devolvidos imediatamente ao transportador, com observação no comprovante de entrega.

**13.2.2 - DEFINITIVAMENTE**, após a verificação da qualidade e quantidade dos produtos e consequente aceitação.

13.3 - Caso a qualidade dos itens seja considerada insatisfatória ou não atenda as especificações deste TERMO DE REFERÊNCIA - TR, lavrar-se-á um Termo de Recusa e Devolução, no qual se consignarão as desconformidades com as especificações. Nesta hipótese, todo o item do objeto do Edital em questão será rejeitado, devendo ser substituído no prazo de até 2 (dois) dias úteis, quando se realizarão novamente as verificações de adequação e conformidade do produto.

13.4 - À Licitante caberá sanar as irregularidades apontadas no recebimento, submetendo a etapa impugnada a nova verificação, ficando sobrestado o pagamento até a execução das correções necessárias, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

13.5 - Em caso de irregularidade não sanada pela Licitante, o servidor responsável pela Secretaria Municipal de Saúde reduzirá o termo os fatos ocorridos e encaminhará à Contratante para aplicação de penalidades previstas.

13.6 - Em caso de necessidade de providências por parte do vencedor, o prazo de pagamento será suspenso e considerado o fornecimento em atraso, sujeitando-a a aplicação de multa sobre o valor considerado em atraso e, conforme o caso, a outras sanções estabelecidas na Lei e neste instrumento.

13.7 - Os custos da substituição de lote rejeitado correrão exclusivamente às expensas da Licitante.

13.8 - O material, mesmo entregue e aceito, fica sujeito à substituição, desde que comprovada a pré-existência de defeitos, má fé do fornecedor ou condições inadequadas de transporte bem como alterações da estabilidade dentro do prazo de validade que comprometam a integridade do produto.

13.9 - Todos os itens entregues deverão estar acompanhados de nota fiscal, na qual constará a assinatura do recebedor, em duas vias (uma do fornecedor e uma para a Secretaria solicitante da PREFEITURA MUNICIPAL DE COROADOS/SP). Os produtos serão conferidos, devendo estar de acordo com a autorização de fornecimento,





# PREFEITURA MUNICIPAL DE COROADOS

C.N.P.J. nº 46.156.477/0001-61  
Rua Prudente de Moraes, nº 64 - Centro - CEP 16.260-000  
Fone: (18) 3645-9124 - Fax: (18) 3645-1415  
Site: [www.coroados.sp.gov.br](http://www.coroados.sp.gov.br)

quantidade, especificações e qualidade. Os valores das notas fiscais emitidas deverão estar em conformidades com os valores homologados e constantes na autorização de fornecimento.

13.10 - Todos os itens deverão ser fornecidos rigorosamente de acordo com as normas estabelecidas neste certame.

13.11 - As ações de recebimento e conferência dos produtos não eximem a Contratada de suas responsabilidades contratuais. Caso os itens não sejam cumpridos pela Contratada, o servidor responsável pelo recebimento e conferência dos produtos irá relatar as questões em desconformidade com as exigências do edital para providências da Contratante.

## 14 - FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

14.1 - A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)), através do(s) seguinte(s) servidore(s):

### 14.1.1 - RAMON SOUZA DOS SANTOS CAMPOS - TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES

14.2 – O(s) colaborador(es) acima mencionado(s) ficará(ão) responsável(is) pelo recebimento e conferência dos produtos, com base no inc. II, art. 140 da lei 14.133/2021, conforme especificado no TERMO DE REFERÊNCIA - TR, o que em nenhuma hipótese eximirá a contratada das responsabilidades fixadas pelo Código Civil e do Código de Defesa do Consumidor.

14.3 - O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade do fornecimento dos produtos e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste.

14.4 - A fiscalização do contratante transmitirá por escrito as instruções, ordens e reclamações, competindo-lhe a decisão nos casos de dúvidas que surgirem no decorrer do serviço.

14.5 - As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

14.6 - O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

14.7 - Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

14.8 - As exigências e a atuação da fiscalização em nada restringe a responsabilidade, única, integral e exclusiva da licitante vencedora, no que concerne à execução do objeto do contrato.

## 15 - GESTOR DO CONTRATO

15.1 - O presente contrato terá como gestora a servidora **VIVIAN RAMOS RIZZO** nos termos do artigo 117, da Lei Federal nº 14.1433/2021.

15.2 - O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

15.3 - O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).



# PREFEITURA MUNICIPAL DE COROADOS

C.N.P.J. nº 46.156.477/0001-61

Rua Prudente de Moraes, nº 64 - Centro - CEP 16.260-000

Fone: (18) 3645-9124 - Fax: (18) 3645-1415

Site: [www.coroados.sp.gov.br](http://www.coroados.sp.gov.br)

15.4 - O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

15.5 - O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

15.6 - O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

15.7 - O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

15.8 - O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

15.9 - O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

## 16 - DA FORMALIZAÇÃO E PUBLICIDADE DO CONTRATO

16.1 - O Contrato deverá ser assinado por representante legal, diretor, ou sócio da empresa, com apresentação, conforme o caso e respectivamente, de procuração ou contrato social, acompanhados de cédula de identidade.

### PRAZO PAR ASSINATURA DO CONTRATO

16.2 - O prazo para assinatura do Contrato será de três (3) dias úteis contados do recebimento da convocação, podendo ser prorrogado uma vez, desde que solicitado por escrito, antes do termino do prazo previsto, e com exposição de motivo justo que poderá ou não ser aceito pela Administração.

16.3 - A Licitante que convocada para assinar Contrato deixar de fazê-lo no prazo fixado dela será excluída.

16.4 - Na hipótese do não atendimento à convocação a que se refere o item 18.2 ou havendo recusa em fazê-lo, o Município aplicará as penalidades cabíveis.

16.5 - O Contrato terá seu extrato publicado na Imprensa Oficial da Prefeitura Municipal de Coroados, assim como a sua íntegra, após assinado e homologado.

## 17 - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

17.1 - Prestar informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Licitante.

17.2 - Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no TERMO DE REFERÊNCIA - TR, Edital e seus anexos.

17.3 - Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo.

17.4 - Comunicar imediatamente a vencedora qualquer irregularidade o fornecimento do objeto licitado e/ou vício no produto adquirido, para que seja providenciada a regularização/substituição no prazo de 2 (dois) dias úteis do recebimento da comunicação por escrito, para que seja substituído, reparado ou corrigido.

17.5 - Sustar o recebimento dos produtos se não estiverem de acordo com a especificação apresentada.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE COROADOS

C.N.P.J. nº 46.156.477/0001-61  
Rua Prudente de Moraes, nº 64 - Centro - CEP 16.260-000  
Fone: (18) 3645-9124 - Fax: (18) 3645-1415  
Site: [www.coroados.sp.gov.br](http://www.coroados.sp.gov.br)

17.6 - Efetuar o pagamento à Licitante no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal e recibo no setor competente; efetuar o pagamento à Licitante no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos.

17.7 - A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Licitante com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Licitante, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## 18 - OBRIGAÇÕES DA LICITANTE

18.1 - A Licitante deverá atender a todas as ordens de fornecimento expedidas pela Secretaria Municipal de Saúde.

18.2 - Cumprir todas as solicitações e exigências feitas pela Contratante.

18.3 - Quanto ao fornecimento dos itens especificados, a Licitante se obriga a:

18.3.1 - entregar os produtos em perfeitas condições de uso e armazenamento, no prazo e local indicados pela Contratante, em estrita observância das especificações do TERMO DE REFERÊNCIA - TR e da proposta, acompanhado da respectiva Nota Fiscal Eletrônica COMPLETA constando detalhadamente as indicações da marca comercial, fabricante, modelo, tipo, etc.

18.3.2 - responsabilizar-se pela qualidade e procedência dos itens do TERMO DE REFERÊNCIA - TR, bem como pela inviolabilidade de suas embalagens até a entrega dos mesmos no local designado para entrega, garantindo que o seu transporte, mesmo quando realizado por terceiros, se faça segundo as condições estabelecidas pelo fabricante.

18.3.3 - trocar o produto em caso de defeito de fabricação, mediante a apresentação do produto defeituoso.

18.3.4 - atender com presteza às solicitações, bem como tomar as providências necessárias ao pronto atendimento das reclamações levadas a seu conhecimento pela Contratante.

18.3.5 - ter capacidade de atendimento da demanda com eficiência, presteza e zelo.

18.3.6 - responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).

18.3.7 - responder pelo pagamento dos salários devidos pelo pessoal utilizado e atender aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, bem como as despesas com fretes decorrentes da execução do Contrato, isentado expressamente a prefeitura de quaisquer responsabilidades por estes encargos.

18.3.8 - apresentar sempre que solicitados, durante a execução do Contrato, documentos que comprovem estarem cumprindo a legislação em vigor quanto às condições assumidas, em especial, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais.

18.3.9 - responsabilizar-se por danos causados diretamente à Contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato.

18.3.10 - manter as mesmas condições de qualificação exigidas em lei durante toda a execução contratual.

## 19 - ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

19.1 - Os recursos da presente licitação correrão à conta da respectiva dotação orçamentária:

19.1.1 - Centro de Custo:

19.1.2 - Ficha número: 239

## 20 - PRAZO DE PAGAMENTO



# PREFEITURA MUNICIPAL DE COROADOS

C.N.P.J. nº 46.156.477/0001-61  
Rua Prudente de Moraes, nº 64 - Centro - CEP 16.260-000  
Fone: (18) 3645-9124 - Fax: (18) 3645-1415  
Site: [www.coroados.sp.gov.br](http://www.coroados.sp.gov.br)

20.1 - O pagamento será efetuado **À VISTA EM ATÉ DEZ (10) DIAS ÚTEIS** contados a partir do aceite definitivo pelo fiscal do Setor solicitante para verificar se o(s) produto(s) fornecido(s) está(ão) em **consonância com o termo de referência e com seus anexos e**, recebimento da Nota Fiscal/Fatura nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022, pelo fornecimento do objeto, quando devidamente solicitado e entregue ao Setor solicitante da Contratante.

## 21 - FORMA(S) DE PAGAMENTO

21.2 - A Contratante pagará à licitante vencedora o valor constante em sua proposta comercial, sem qualquer bônus ou acréscimo mediante:

21.2.1 - BOLETO BANCÁRIO

21.2.2 - TRANSFERÊNCIA BANCÁRIA

21.2.3 - DEPÓSITO EM CONTA CORRENTE OU

21.2.4 - CHAVE PIX INDICADOS PELA LICITANTE, SENDO VEDADO NEGOCIAR SEUS CRÉDITOS COM TERCEIROS

21.3 - Dúvidas e informações quanto ao(s) pagamento(s) poderá(ão) ser encaminhada(s) através do e-mail: [tesouraria.coroados@gmail.com](mailto:tesouraria.coroados@gmail.com)

## DANFE - DOCUMENTO AUXILIAR DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA

21.4 - A adjudicatária deverá(ão) emitir a(s) Nota(s) Fiscal(is) Eletrônica(s) – DANFE(S) conforme normas previstas pelo Protocolo ICMS nº 85 de 2010, aprovado pelo Conselho Nacional de Política Fazendária – CONFAZ, descrevendo obrigatoriamente no corpo da mesma:

21.4.1 - NÚMERO DO PREGÃO

21.4.2 - NOME DO DEPARTAMENTO SOLICITANTE DO OBJETO

21.4.3 - INFORMAÇÕES ATUALIZADAS PARA SE EFETUAR OS PAGAMENTOS, CONFORME ALÍNEAS 21.2.1, 21.2.2, 21.2.3 e 21.2.4 do item 21.3.

## OBRIGATÓRIO

21.5 - RETENÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA NAS NOTAS FISCAIS, AS FATURAS E OS RECIBOS (INSTRUÇÕES NORMATIVAS RFB Nº 1.234/2012 E Nº 2.145/2023).

21.6 - RETENÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA DEVERÁ(ÃO) SER DESTACADA NO CORPO DO DOCUMENTO FISCAL OBSERVANDO OS PERCENTUAIS ESTABELECIDOS NA COLUNA 02-IR DO ANEXO I DA INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 1.234/2012.

## SETOR RESPONSÁVEL PELO RECEBIMENTO DA(S) DANFE(S)

21.7 - Enviar a(s) Nota(s) Fiscal(is) Eletrônica(s) – DANFE(S) para o Setor de Finanças através do email:

[auxiliar.contab@coroados.sp.gov.br](mailto:auxiliar.contab@coroados.sp.gov.br)

21.8 - No(s) preço(s) proposto(s) deverá(ão) estar inclusos, além do lucro, todas as despesas e custos, como por exemplo: embalagem, impostos, taxas, garantia, fretes, transportes, tributos de qualquer natureza e todas as despesas, diretas ou indiretas, relacionadas com o fornecimento do objeto da presente licitação, não cabendo à Municipalidade, nenhum custo adicional.

21.9 - Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

21.10 - Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE COROADOS

C.N.P.J. nº 46.156.477/0001-61  
Rua Prudente de Moraes, nº 64 - Centro - CEP 16.260-000  
Fone: (18) 3645-9124 - Fax: (18) 3645-1415  
Site: [www.coroados.sp.gov.br](http://www.coroados.sp.gov.br)

21.11 - Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

21.12 - O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

## 22 - REAJUSTE, REPACTUAÇÃO E REEQUILIBRIO FINANCEIRO

22.1 - O preço pelo qual será contratado o objeto não será reajustado em sua vigência, podendo, em caso de prorrogação, nos termos do artigo 84, da Lei Federal nº 14.133/2021, haver reajuste de preço, por índice oficial definido pela administração, desde que demonstrado a vantagem.

22.2 - Poderá haver pedido de reequilíbrio que deverá ser solicitado nos termos da Lei em processo levado a termo a ser analisado pela Prefeitura, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, observado o disposto nos casos enquadrados no Artigo 124, II, "d" da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, e/ou com base nos preços praticados na cidade, ou outro que vier substituir, bem como apresentação de Notas Fiscais de compras do licitante.

22.3 - Em hipótese alguma haverá aplicação de reequilíbrio de preço para pedidos já efetuados pela administração.

22.4 - A não concessão do reequilíbrio de preço, não implica em justificativa para recusa na entrega do objeto.

22.5 - O reequilíbrio de preço somente poderá ocorrer quando demonstrado as ocorrências previstas em lei.

## 23 - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E RESCISÃO DE CONTRATO

23.1 - A licitante e a empresa Licitante se cometer qualquer infração ou descumprimento do previsto no edital ou contrato deverá ficar sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções no artigo 156 da Lei Federal nº 14.133/2021, qual seja:

23.1.1 - Advertência - inciso I, quando der causa a inexecução parcial do contrato.

23.1.2 - Multa de até 10% sobre o valor total previsto ou contrato, quando descumprido qualquer cláusula do edital ou do contrato, que não a entrega do objeto - inciso II.

23.1.3 - Multa de até 0,5% (meio por cento) ao dia, do valor da Licitante, caso haja atraso na assinatura do contrato, na apresentação de documentos solicitados, bem como na entrega do objeto, ainda que seja parcial ao solicitado, limitado a 30% (trinta por cento).

23.1.4 - Impedimento de licitar e contratar com a CONTRATANTE pelo prazo de até 03 (três) anos - inciso III, quando cometido às infrações previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155.

23.1.5 - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 03 (três) anos, quando cometido às infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 desta Lei, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo.

23.2 - A sanção de que trata a alínea "23.1.2" não poderá ser aplicada sem que seja garantido o exercício de prévia e ampla defesa pelo prazo de 15 (quinze) dias úteis, artigo 157, da Lei Federal nº 14.133/2021.

23.3 - As sanções das alíneas "23.1.3" e "23.1.4" não poderão ser aplicadas sem que seja aberto processo de responsabilização, garantido o exercício de prévia e ampla defesa pelo prazo de 15 (quinze) dias úteis, artigo 157, da Lei Federal nº 14.133/2021.

23.4 - A aplicação das sanções deverá ser precedida de análise jurídica e somente pelo Prefeito Municipal, conforme § 6º, do artigo 156, da Lei Federal nº 14.133/2021.





# PREFEITURA MUNICIPAL DE COROADOS

C.N.P.J. nº 46.156.477/0001-61  
Rua Prudente de Moraes, nº 64 - Centro - CEP 16.260-000  
Fone: (18) 3645-9124 - Fax: (18) 3645-1415  
Site: [www.coroados.sp.gov.br](http://www.coroados.sp.gov.br)

23.5 - A sequência do rol previsto nas alíneas do subitem 1, não é obrigatório, podendo ser aplicada a sanção mais severa em conformidade com a falha cometida pelo CONTRATADO.

23.6 - A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

23.7 - Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta da Licitante, o Município poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

23.8 - A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

23.9 - O contrato poderá ser cancelado de pleno direito total ou parcialmente, independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, sem que a LICITANTE assista o direito a qualquer indenização, se esta:

23.10.1 - Falir, entrar em concordata ou ocorrer dissolução da sociedade.

23.10.2 - Sem justa causa, e prévia comunicação à Prefeitura, suspender a entrega dos produtos.

23.10.3 - Infringir qualquer cláusula desta Ata e/ou da Lei Federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021.

23.11 - Não cumprir ou cumprir irregularmente as cláusulas desta Ata, especificações ou prazos.

23.12 - O cancelamento poderá ainda ocorrer quando houver:

23.12.1 - Alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do objeto contratado.

23.12.2 - Caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada, impeditivo da execução do Contrato.

23.12.3 - Por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela Prefeitura.

23.13 - Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, com forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

## 24 - SUBCONTRATAÇÃO E GARANTIA

24.1 - Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

24.2 - Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

## 25 - PRAZO DE VIGÊNCIA

25.1 - O prazo de vigência do contrato será de **06 (SEIS) MESES**, o qual **não se confunde com o prazo de entrega** do objeto e poderá ser prorrogado, nos termos de artigo 84 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

Coroados/SP, 01 de Outubro de 2024.

**RAMON SOUZA DOS SANTOS CAMPOS**  
Técnico em Edificações



# PREFEITURA MUNICIPAL DE COROADOS

C.N.P.J. nº 46.156.477/0001-61  
Rua Prudente de Moraes, nº 64 - Centro - CEP 16.260-000  
Fone: (18) 3645-9124 - Fax: (18) 3645-1415  
Site: [www.coroados.sp.gov.br](http://www.coroados.sp.gov.br)

## ANEXO II

### MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA (papel timbrado da licitante)

**EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 045/2024**

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 101/2024**

**MODALIDADE: CONTRATO**

**TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL**

Contratação de Empresa para aquisição de **Luminárias Pública Com Tecnologia Led**, que se faz necessárias para reduzir os custos mensais com contas de energia, e ainda melhorar a luminosidade do arruamento da cidade, conforme solicitação da Secretaria de Obras, Serviços, Agricultura e Meio Ambiente e condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência, que passam a fazer parte integrante do processo.

#### **Ao Agente de Contratação e Equipe de Apoio**

#### **Prefeitura Municipal de Coroados/SP**

Pelo presente instrumento, a empresa ....., CNPJ nº ....., com sede na ....., através de seu representante legal infra-assinado, que:

( ) Declara, sob as penas do artigo 299 do Código Penal, que se **enquadra na situação de microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa, nos termos da Lei Complementar nº 123/06, alterada pela Lei Complementar nº 147/14**, bem assim que inexistem fatos supervenientes que conduzam ao seu desenquadramento desta situação. (\*)

(\*) Marcar este item caso se enquadre na situação de microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa.

-Declaramos, sob as penas da lei, que atende plenamente os requisitos de habilitação constantes no edital referente ao Pregão Presencial nº 045/2024, inclusive quanto a autenticação via certificado digital dos documentos apresentados nesta condição

- Declaramos, para os fins do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, não empregamos menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e nem menores de dezesesseis anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos de idade.

- Declaramos, para os fins que até a presente data inexistem fatos supervenientes impeditivos para habilitação no presente processo licitatório, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

- Declaramos, para os fins que a empresa não foi declarada inidônea por nenhum órgão público de qualquer esfera de governo, estando apta a contratar com o poder público.

- Declaramos, para todos os fins de direito, que verificamos atentamente e compreendemos as condições e as disposições contidas no Edital e seus anexos e manifestamos nosso acordo com as mesmas.

- Declaramos, para os devidos fins que não possuímos em nosso quadro societário e de empregados, servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação;

- Comprometo-me a manter durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

- Declaramos, para os devidos fins de direito, na qualidade de Proponente dos procedimentos licitatórios, instaurados por este Município, que o(a) responsável legal da empresa é o(a) Sr.(a)....., Portador(a) do RG sob nº ..... e CPF nº ....., cuja



## PREFEITURA MUNICIPAL DE COROADOS

C.N.P.J. nº 46.156.477/0001-61  
Rua Prudente de Moraes, nº 64 - Centro - CEP 16.260-000  
Fone: (18) 3645-9124 - Fax: (18) 3645-1415  
Site: [www.coroados.sp.gov.br](http://www.coroados.sp.gov.br)

função/cargo é.....(sócio administrador/procurador/diretor/etc), responsável pela assinatura do contrato.

- Declaramos, para os devidos fins que a Conta Corrente p/ Depósito: ..... Banco: ..... Agência:.....
- Declaramos, para os devidos fins que em caso de qualquer comunicação futura referente a este processo licitatório, bem como em caso de eventual contratação, encaminhar contrato assinado para o seguinte endereço:

**E-mail:**

**Telefone: ( )**

**Cidade: ..... Bairro:..... Rua:..... nº ..... CEP:.....**

Caso altere o citado e-mail, telefone ou endereço **comprometo-me** em protocolizar pedido de alteração junto ao Departamento de Licitações deste Município, sob pena de ser considerado como intimado nos dados anteriormente fornecidos

Nomeamos e constituímos o senhor(a)....., portador(a) do CPF/MF sob n.º....., para ser o(a) responsável para acompanhar a execução do contrato, referente ao **PREGÃO PRESENCIAL Nº 045/2024** e todos os atos necessários ao cumprimento das obrigações contidas no instrumento convocatório, seus Anexos e no Contrato.

....., ..... de 2024.

**Assinatura do Responsável pela Empresa  
(Nome Legível/Cargo)**



# PREFEITURA MUNICIPAL DE COROADOS

C.N.P.J. nº 46.156.477/0001-61  
Rua Prudente de Moraes, nº 64 - Centro - CEP 16.260-000  
Fone: (18) 3645-9124 - Fax: (18) 3645-1415  
Site: [www.coroados.sp.gov.br](http://www.coroados.sp.gov.br)

## ANEXO III – MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO Nº ---/2024

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº ---/2024

PREGÃO PRESENCIAL Nº ---/2024

Aos ..... dias do mês de.....do ano de dois mil e vinte e quatro, nesta cidade de Coroados/SP, no Estado do São Paulo, no Gabinete da Sra. Prefeita Municipal, na presença de duas testemunhas no final assinadas, compareceram as partes, de um lado a **PREFEITURA MUNICIPAL DE COROADOS-SP**, pessoa jurídica de direito público, sita à Rua Prudente de Moraes, nº 64, inscrita no C.N.P.J. sob nº 46.156.477/0001-61, neste ato representada por sua **PREFEITA**, Sra. **Terezinha Aparecida Castilho Varoni** e a Empresa ....., pessoa jurídica de direito privado, sita na (ENDEREÇO), inscrita no C.N.P.J. sob nº ....., neste ato representada por seu Sócio Proprietário, o Sr. ...., portador do R.G. nº ....., inscrito no CPF-MF nº....., a seguir denominada CONTRATADA, nos termos do Art. 105 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021, pelas condições estabelecidas no Edital de Licitação nº 045/2024, em conjunto com seus anexo e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Contratação de Empresa para aquisição de **Luminárias Pública Com Tecnologia Led**, que se faz necessárias para reduzir os custos mensais com contas de energia, e ainda melhorar a luminosidade do arruamento da cidade, conforme solicitação da Secretaria de Obras, Serviços, Agricultura e Meio Ambiente e condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência, que passam a fazer parte integrante do processo.

### CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA, PRAZO, FORMA DE ENTREGA, GESTÃO E FISCALIZAÇÃO.

A vigência do presente contrato será de 06 (**seis**) meses, iniciando no dia de sua assinatura, podendo ser prorrogado caso comprovado a necessidade.

**§ 1º O prazo entrega será em até 30 (trinta) dias, contados do pedido realizado pela CONTRATANTE, podendo ser prorrogado havendo justificativa plausível.**

§ 2º O licitante vencedor deverá entregar as mercadorias de **forma única**, definida no Pedido que será enviado via e-mail indicado e cadastrado no Sistema de Compras da Administração pelo Setor Solicitante, conforme estabelecido no Termo de Referência.

§ 3º Após confirmação do recebimento do(s) pedido(s) pelo Setor Solicitante o fornecedor deverá realizar as entregas no seguinte endereço:

ALMOXARIFADO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE COROADOS  
LOCALIZADA NA RUA JOÃO VARONI, 14, CENTRO, CEP: 16260-000, COROADOS/SP  
MANHÃ: DE 08H00 (OITO) HORAS ATÉ ÀS 11H00 (ONZE) HORAS  
TARDE: DE 13H00 (TREZE) HORAS ATÉ AS 17H00 (DEZESSETE) HORAS

Através de agendamento diretamente com o:

SETOR DE OBRAS (18) 3645.9124, RAMAL 9191, COM SR RAMON - TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES

ALMOXARIFADO (18) 3645.9124, RAMAL 9173, COM SR MAURO – ALMOXARIFE

O não cumprimento do prazo de entrega ocasionará notificação da contratada, incidindo as penalidades previstas no Edital.

O presente contrato terá como seu gestor a Sra. ...., ocupante do cargo de ..... e fiscal da execução o Sr. ...., ocupante do cargo de ....., conforme dispõe o artigo 117, da Lei Federal nº 14.133/2021.

### CLÁUSULA TERCEIRA – VALOR CONTRATUAL

A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA os seguinte valor total de: R\$ ----- ( ----- ), o valor unitário de cada objeto consta em anexo.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE COROADOS

C.N.P.J. nº 46.156.477/0001-61  
Rua Prudente de Moraes, nº 64 - Centro - CEP 16.260-000  
Fone: (18) 3645-9124 - Fax: (18) 3645-1415  
Site: [www.coroados.sp.gov.br](http://www.coroados.sp.gov.br)

## CLÁUSULA QUARTA – CONDIÇÕES DE LIQUIDAÇÃO E PAGAMENTO

Recebida a Nota Fiscal, ocorrerá o prazo de 10 (**dez**) dias contados a partir do aceite definitivo pelo fiscal do Setor solicitante para verificar se o(s) produto(s) fornecido(s) está(ão) em **consonância com o termo de referência** e com seus anexos e, recebimento da Nota Fiscal/Fatura nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022, pelo fornecimento do objeto, quando devidamente solicitado e entregue ao Setor solicitante da Contratante., o qual deverá ser aprovado pelo fiscal do contrato.

Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como: relatório secretaria

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar;
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis; e
- g) os dados bancários.

Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, está ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133/2021](#).

No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice utilizado para correção anual dos tributos municipais.

O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Não será permitido a antecipação de pagamento anterior a execução dos serviços.

Para dos demais exercícios os valores deverão ser previstos nas propostas orçamentárias. restando inclusive condicionado a existências destas para fins de prorrogação.

É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na [Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020](#), conforme as regras deste presente tópico.

As cessões de crédito não fiduciárias dependerão de prévia aprovação do contratante

A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

### 6.13 - CRITÉRIOS PARA EMISSÃO DA NOTA FISCAL:

O faturamento deverá ser feito através de nota fiscal eletrônica da empresa que participou da licitação emitida: a Prefeitura Municipal, contendo todos os dados da mesma.

No corpo da Nota Fiscal deverá conter:

A modalidade e o número da Licitação;

O número do Contrato firmado;

Número do item e descrição do produto;

A descrição do produto na Nota Fiscal, deverá obrigatoriamente, ser precedida da descrição constante do Contrato;

Valor unitário (conforme o contrato), forma de apresentação e valor total;

O Banco, número da agência e da conta corrente da **CONTRATADA**.

Os pagamentos decorrentes do fornecimento do objeto da presente licitação ocorrerão por conta dos Recursos vinculados ao próprio Município, atendidos pela dotação do orçamento vigente.

**Enviar a(s) Nota(s) Fiscal(is) Eletrônica(s) – DANFE(S) para o Setor de Finanças através do e-mail:** [auxiliar.contab@coroados.sp.gov.br](mailto:auxiliar.contab@coroados.sp.gov.br).

Dúvidas e informações quanto ao(s) pagamento(s) poderá(ão) ser encaminhada(s) através do e-mail: [tesouraria.coroados@gmail.com](mailto:tesouraria.coroados@gmail.com).





# PREFEITURA MUNICIPAL DE COROADOS

C.N.P.J. nº 46.156.477/0001-61  
Rua Prudente de Moraes, nº 64 - Centro - CEP 16.260-000  
Fone: (18) 3645-9124 - Fax: (18) 3645-1415  
Site: [www.coroados.sp.gov.br](http://www.coroados.sp.gov.br)

## CLÁUSULA QUINTA – RECURSO FINANCEIRO E GARANTIAS CONTRATUAIS

As despesas decorrentes do presente Contrato serão efetuadas exclusivamente à conta de recursos financeiros próprios da dotação orçamentária vigente a seguir:

02.08.04 – Vias Urbanas – 15.451.0180.1029.0000 – Obras Urbanas – Pav. Recap. Guias, Energia -  
4.4.90.51.00 – Obras e Instalações – **Ficha 239 – Recursos Próprios**

Parágrafo único – Não será exigido garantia para a execução contratual.

## CLÁUSULA SEXTA – DO CRITÉRIO DE REAJUSTE, REPACTUAÇÃO E REEQUILÍBRIO DE PREÇO E ADITIVO CONTRATUAL

Durante a vigência do contrato, os valores contratados **não serão reajustados, salvo se para pedido de repactuação ou reequilíbrio que deverá ser solicitado nos termos da Lei em processo levado a termo a ser analisado pela Prefeitura, observado o disposto** nos casos enquadrados no Artigo 124, II, “d” da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021:

I - Nem hipótese alguma haverá aplicação de reequilíbrio de preço para pedidos já efetuados pela administração.

II - A não concessão do reequilíbrio de preço, não implica em justificativa para recusa na entrega do objeto.

III - O reequilíbrio de preço somente será concedido quanto comprovado o desequilíbrio econômico-financeiro nas situações de **força maior, caso fortuito ou fato do príncipe** ou em **decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis** – *observando que reajuste no preço dos insumos, folha de pagamento e demais despesas dentro dos índices padrões (inflação, previsão em convenção) não serão considerados para concessão de reequilíbrio.*

**§ 1º** - Havendo a prorrogação do contrato e, decorridos 12 (doze) meses da contratação, a Contratada poderá, através de requerimento específico, solicitar a correção das bases contratuais, pedido que será recebido e analisado pela Administração que, em sendo acolhido, autorizará a correção pelo índice do INPC/IBGE relativo ao período ou outro índice que venha substituí-lo, **descontados os eventuais reequilíbrios concedidos**

**§ 2º** - Não serão liberadas recomposições **decorrentes de inflação**, que não configurem álea econômica extraordinária, **tampouco fato previsível**.

**§ 3º** - A CONTRATADA fica ciente que, havendo necessidade, o presente contrato poderá ser aditado ou suprimido nos percentuais previstos no artigo 125, da Lei Federal nº 14.133/2021.

**§ 4º** - Os pedidos de recomposição de valores deverão ser protocolados somente no Protocolo Municipal da Prefeitura Municipal de Coroados.

## CLÁUSULA SÉTIMA – DOS DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

### 7 - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 1- Prestar informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada;
- 2- Sustar o recebimento dos produtos se não estiverem de acordo com as especificações apresentadas;
- 3- Cumprir todas as exigências contidas no presente Termo de Referência e no Contrato a ser firmado;
- 4- Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 5- Comunicar a Contratada por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido qualquer irregularidade no fornecimento do objeto licitado e/ou vício no produto adquirido, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas do recebimento da comunicação;
- 6- Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado;
- 7- Efetuar o pagamento à Contratada no prazo de até 15 dias, após a entrega da mercadoria conferida com as descrições neste termo pela contratante e, entrega da nota fiscal;



# PREFEITURA MUNICIPAL DE COROADOS

C.N.P.J. nº 46.156.477/0001-61

Rua Prudente de Moraes, nº 64 - Centro - CEP 16.260-000

Fone: (18) 3645-9124 - Fax: (18) 3645-1415

Site: [www.coroados.sp.gov.br](http://www.coroados.sp.gov.br)

8- A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## 7.1 - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 1- Manter as mesmas condições de qualificação exigidas em lei durante toda a execução contratual;
- 2- Substituir o objeto que não esteja dentro do padrão de qualidade, em bom estado para consumo, ou que não esteja em conformidade com as especificações da nota de empenho;
- 3- Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela Secretaria Municipal de Coroados/SP, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas;
- 4- Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela Secretaria Municipal de Coroados/SP, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do empenho;
- 5- Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;
- 6- A falta de quaisquer dos produtos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução do fornecimento objeto deste edital e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições aqui estabelecidas;
- 7- Comunicar imediatamente a Secretaria Municipal de Saúde qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;
- 8- Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;
- 9- Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida por esta Prefeitura;
- 10- Indenizar terceiros e/ou a própria Prefeitura mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos ou prejuízos causados por sua culpa ou dolo, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;
- 11- Fornecer os produtos, conforme estipulado no Anexo I do Edital e Termo de Referência.**

## 7.2 - GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DE CONTRATO

O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de execução, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

O fiscal do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º).

Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção;



# PREFEITURA MUNICIPAL DE COROADOS

C.N.P.J. nº 46.156.477/0001-61

Rua Prudente de Moraes, nº 64 - Centro - CEP 16.260-000

Fone: (18) 3645-9124 - Fax: (18) 3645-1415

Site: [www.coroados.sp.gov.br](http://www.coroados.sp.gov.br)

O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato;

O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassem a sua competência.

O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.

O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

O contratado deverá indicar preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.

A indicação do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

As exigências e a atuação da fiscalização em nada restringe a responsabilidade, única, integral e exclusiva da licitante vencedora, no que concerne à execução do objeto do contrato.

O presente contrato terá como gestora a servidora ..... e como fiscal a servidora ....., nos termos do artigo 117, da Lei Federal nº 14.133/2021.

## **CLÁUSULA OITAVA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO CONTRATUAL**

A licitante e a empresa contratada se cometer qualquer infração ou descumprimento do previsto no edital ou contrato deverá ficar sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções no artigo 156 da Lei Federal nº 14.133/2021, qual seja:

- a. Advertência - inciso I, quando der causa a inexecução parcial do contrato;
- b. Multa de até 10% sobre o valor total previsto ou contrato, quando descumprido qualquer cláusula do edital ou do contrato, que não a entrega do objeto - inciso II;
- c. Multa de até 0,5% (meio por cento) ao dia, do valor da contratada, caso haja atraso na assinatura do contrato, na apresentação de documentos solicitados, bem como na entrega do objeto, ainda que seja parcial ao solicitado, limitado a 30% (trinta por cento).



# PREFEITURA MUNICIPAL DE COROADOS

C.N.P.J. nº 46.156.477/0001-61

Rua Prudente de Moraes, nº 64 - Centro - CEP 16.260-000

Fone: (18) 3645-9124 - Fax: (18) 3645-1415

Site: [www.coroados.sp.gov.br](http://www.coroados.sp.gov.br)

d. Impedimento de licitar e contratar com a CONTRATANTE pelo prazo de até 03 (três) anos - inciso III, quando cometido às infrações previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155;

e. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 03 (três) anos, quando cometido às infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 desta Lei, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo.

A sanção de que trata a alínea "b" não poderá ser aplicada sem que seja garantido o exercício de prévia e ampla defesa pelo prazo de 15 (quinze) dias úteis, artigo 157, da Lei Federal nº 14.133/2021.

As sanções das alíneas "c" e "d" não poderão ser aplicadas sem que seja aberto processo de responsabilização, garantido o exercício de prévia e ampla defesa pelo prazo de 15 (quinze) dias úteis, artigo 157, da Lei Federal nº 14.133/2021.

A aplicação das sanções deverá ser precedida de análise jurídica e somente pela Prefeita Municipal, conforme § 6º, do artigo 156, da Lei Federal nº 14.133/2021.

A sequência do rol previsto nas alíneas do subitem 1, não é obrigatório, podendo ser aplicada a sanção mais severa em conformidade com a falha cometida pelo CONTRATADO.

A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções

Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta da contratada, o Município poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

O contrato poderá ser cancelado de pleno direito total ou parcialmente, independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, sem que a CONTRATADA assista o direito a qualquer indenização, se esta:

- Falir, entrar em concordata ou ocorrer dissolução da sociedade.
- Sem justa causa, e prévia comunicação à Prefeitura, suspender a execução dos serviços.
- Infringir qualquer cláusula desta Ata e/ou da Lei Federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021.
- Não cumprir ou cumprir irregularmente as cláusulas desta Ata, especificações ou prazos.

O cancelamento poderá ainda ocorrer quando houver:

- Alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do objeto contratado.
- Caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada, impeditivo da execução do Contrato.
- Por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela Prefeitura.

## **Cláusula Nona – Da Rescisão**

O presente Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no artigo 137, da Lei Federal nº 14.133/2021.

§ 1º - A extinção poderá ocorrer nas formas definidas no artigo 138, da Lei Federal nº 14.133/2021, observando a obrigatoriedade de conclusão de termo quando esta ocorrer de forma unilateral ou consensual.

§ 2º - havendo a extinção por culpa exclusiva da CONTRATANTE, esta deverá ressarcir o CONTRATADO de eventuais prejuízos devidamente comprovados, além de prover o pagamento dos objetos entregues até a data da extinção.

§ 3º - Ocorrendo a rescisão por ato unilateral da CONTRANTE, além das sanções previstas no contrato e em lei, poderá acarretar as consequências previstas no artigo 139, da Lei Federal nº 14.133/2021.

## **Cláusula Décima – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL e ORIGEM**

O presente contrato é regido pela Lei Federal nº 14.133 de 01 de abril de 2021, em especial, pelos artigos 89 e seguintes, sendo os casos omissos resolvidos a luz desta legislação.

**PARÁGRAFO ÚNICO – O contrato tem por origem o processo de licitação nº 101/2024, sendo que o mesmo passa a ser parte integrante deste, inclusive a proposta do CONTRATADO.**

## **Cláusula Décima Primeira – Da Eleição do Foro**

Fica eleito o foro da Comarca de Birigui para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente Contrato, excluindo-se quaisquer outro por mais privilegiado que seja.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE COROADOS

C.N.P.J. nº 46.156.477/0001-61  
Rua Prudente de Moraes, nº 64 - Centro - CEP 16.260-000  
Fone: (18) 3645-9124 - Fax: (18) 3645-1415  
Site: [www.coroados.sp.gov.br](http://www.coroados.sp.gov.br)

## Cláusula Décima Quarta – Das Disposições Gerais

Para atendimento dos objetivos deste Contrato, a CONTRATADA não poderá subcontratar outras empresas, sem que haja prévia anuência da CONTRATANTE, nos termos do artigo 122, da Lei Federal nº 14.133/2021.

§ 1º – Em qualquer caso, a CONTRATADA assume, para todos os efeitos de direito, a responsabilidade direta e integral pela execução dos serviços.

§ 2º – Eventuais divergências nas especificações contidas nesta avença deverão ser resolvidas pela CONTRATANTE, a seu critério, em conformidade com a legislação vigente, ressalvada indenização por eventuais perdas e danos.

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento contratual, em 3 (três) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

Coroados/SP, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2024.

## PREFEITURA MUNICIPAL DE COROADOS

Contratante

**Terezinha Aparecida Castilho Varoni**

Prefeita Municipal

## NOME DA EMPRESAS

Contratada

**Nome do Sócio/Proprietário**

Proprietário/Procurador

## Nome do Assessor

Assessor Jurídico

Testemunhas:

NOME:

CPF:

NOME:

CPF:





## PREFEITURA MUNICIPAL DE COROADOS

C.N.P.J n.º 46.156.477/0001-61

Rua Prudente de Moraes, n.º 64– Centro – CEP 16.260-000

Fone: (18) 3645-9124 – Fax: (18) 3645-1415

Site: [www.coroados.sp.gov.br](http://www.coroados.sp.gov.br)

### ANEXO IV

#### TERMO DE CIÊNCIA E NOTIFICAÇÃO

**Contratante:** PREFEITURA MUNICIPAL DE COROADOS

**Contratada:**

**Contrato nº:**

**Objeto:** Contratação de Empresa para aquisição de **Luminárias Pública Com Tecnologia Led**, que se faz necessárias para reduzir os custos mensais com contas de energia, e ainda melhorar a luminosidade do arruamento da cidade, conforme solicitação da Secretaria de Obras, Serviços, Agricultura e Meio Ambiente e condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência, que passam a fazer parte integrante do processo.

**Advogado(S)/ Nº OAB/E-mail:**

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

**1. Estamos CIENTES de que:**

- o ajuste acima referido estará sujeito a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraído cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, conforme dados abaixo indicados, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- Qualquer alteração de endereço – residencial ou eletrônico – ou telefones de contato deverá ser comunicada pelo interessado, peticionando no processo.

**2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:**

- O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

Coroados/SP, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2024

**Autoridade Máxima do Órgão/Entidade:**

Nome:

Cargo:

CPF:

**Responsáveis pela Homologação do Certame ou Ratificação da Dispensa/Inexigibilidade de Licitação:**

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura:



## PREFEITURA MUNICIPAL DE COROADOS

C.N.P.J n.º 46.156.477/0001-61

Rua Prudente de Moraes, n.º 64– Centro – CEP 16.260-000

Fone: (18) 3645-9124 – Fax: (18) 3645-1415

Site: [www.coroados.sp.gov.br](http://www.coroados.sp.gov.br)

### RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:

#### Pelo CONTRATANTE:

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura:

#### Pela CONTRATADA:

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura:

#### Ordenador de Despesas da CONTRATANTE:

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura:

#### Gestor(es) do Contrato/Ata:

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura:

#### Demais Responsáveis (¹):

Tipo de ato sob sua responsabilidade:

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura:

<sup>1</sup>() - O Termo de Ciência e Notificação e/ou Cadastro do(s) Responsável(is) deve identificar as pessoas físicas que tenham concorrido para a prática do ato jurídico, na condição de ordenador da despesa; de partes contratantes; de responsáveis por ações de acompanhamento, monitoramento e avaliação; de responsáveis por processos licitatórios; de responsáveis por prestações de contas; de responsáveis com atribuições previstas em atos legais ou administrativos e de interessados relacionados a processos de competência deste Tribunal. Na hipótese de prestações de contas, caso o signatário do parecer conclusivo seja distinto daqueles já arrolados como subscritores do Termo de Ciência e Notificação, será ele objeto de notificação específica. (inciso acrescido pela Resolução nº 11/2021).



## PREFEITURA MUNICIPAL DE COROADOS

C.N.P.J n.º 46.156.477/0001-61

Rua Prudente de Moraes, n.º 64– Centro – CEP 16.260-000

Fone: (18) 3645-9124 – Fax: (18) 3645-1415

Site: [www.coroados.sp.gov.br](http://www.coroados.sp.gov.br)

### ANEXO V

(APRESENTAR NO CREDENCIAMENTO)

#### DADOS NECESSÁRIO PARA A ASSINATURA DO CONTRATO

---

**Contratada**

---

**Razão Social**

---

**CNPJ**

---

**Endereço**

---

**e-mail Institucional**

---

**Telefone**

---

**Nome do Representante**

(Responsável pela assinatura do contrato)

---

**Cargo**

---

**CPF**

---

**RG (órgão expedidor)**

---

**Data de Nascimento**

---

**Endereço Residencial Completo**

---

**e-mail Pessoal**

---

**Telefone**

---